



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª Vara do Trabalho de São Carlos

Maio/2024



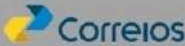


SOS/RS-15

Chave PIX
falecom@amatraxv.org.br



Em nome de "AMATRA XV"





SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiências e Produtividade	13
Fase de Conhecimento	26
Fase de Cumprimento de Sentença	31
Metas CNJ	39
Arrecadação	41
Deliberações Finais	42



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência o Desembargador Vice-Corregedor **Manoel Carlos Toledo Filho**

Em 29 de maio de 2024, Sua Excelência o Desembargador **MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 10/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 13/5/2024, página 2523.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini
Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
Lilian Lawall Guedes
Marcos Antônio Mendes
Maria Luisa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade.**



2ª Vara do Trabalho de São Carlos

PJeCOR	
0000514-52.2021.2.00.0515	29 de maio de 2024
	Juíza Titular Ana Flávia de Moraes Garcia Cuesta Juiz Substituto em Auxílio Fixo Luis Augusto Fortuna

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da 2ª Vara do Trabalho: Em pé, da esquerda para a direita: Maria Fernanda Cesar, Cesar Torres Seisdedos, Dr. Luís Augusto Fortuna (Magistrado Auxiliar Fixado), Jane Heloisa Ama da Silva, Raíssa dos Santos Melo. Sentados da esquerda para a direita: Maria Eleonora Ferreira de Moraes Leal, Christianne Rodrigues Durgante Monaco, Renata Amaral Ladeira, Julio Cesar Petrucelli (Diretor de Secretaria). Não estão na foto: Ana Flávia de Moraes Garcia Cuesta - Juíza Titular, Adilson Antonio Miranda, Cláudia Cristina Granja, Nicolle Nucci, Alexandra Cristina Ferreira, Danilo de Assumpção Pereira da Silva, Glauco Daniel Labriola, Raquel Cristine da Silva.



2ª Vara do Trabalho de São Carlos

Lotação atual da Unidade:	10 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (sem adicional):	10 servidores
 “DELTA” da Vara:	DE ACORDO



A 1ª Vara local é a responsável pela administração do Fórum.

- O servidor Glauco Daniel Labriola é assistente da Juíza Titular Ana Flávia de Moraes Garcia Cuesta e o servidor Danilo de Assumpção Pereira da Silva é assistente do Juiz Substituto em auxílio fixo Luis Augusto Fortuna. Os dois assistentes atuam em teletrabalho sem regularização.
- Além dos assistentes, há duas servidoras atuando em regime de teletrabalho: Renata Amaral Ladeira (PROAD 11265/2019) e Alexandra Cristina Ferreira (PROAD 19395/2022). Por sua vez, o servidor José Eduardo Leme Passos (PROAD 29356/2023) atua em condição especial de trabalho (teletrabalho).



A Unidade informou que os prazos de vigência dos PROADs que autorizam o teletrabalho das servidoras Renata Amaral Ladeira (SIGEP nº 5025/AA) e Alexandra Cristina Ferreira estão vencidos, mas estão regularizando a renovação.

- Há quatro estagiárias na Unidade: Maria Fernanda Cesar e Nicole Nucci (ambas do convênio com o Município de Ibaté), Raíssa dos Santos Melo e Raquel Cristine da Silva (ambas do Centro de Integração Empresa Escola).



2ª Vara do Trabalho de São Carlos



Jurisdição: Dourado, Ibaté, Ribeirão Bonito e São Carlos
Lei de criação nº: 8.432/92
Data de instalação: 16/09/1994

Informações da localidade:

Localizado no Centro-Leste do estado de São Paulo, São Carlos é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022, totaliza 254.857 pessoas.



Fonte: site Jornal Primeira Página, 2024



Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: foto da cidade

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de São Carlos.

Faixa de Movimentação Processual [1501 a 2000 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de março, foram distribuídos 522 processos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra-cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "*regere*", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 6 a 9/5/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 6/2022 a 4/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 6/2023 a 3/2024.



Acesse o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

	Necessidade de formalizar a atuação do regime de teletrabalho dos servidores Glauco Daniel Labriola, Danilo de Assumpção Pereira da Silva, Renata Amaral Ladeira e Alexandra Cristina Ferreira.
	Fomentar a conversão do processo para o regime do “Juízo 100% Digital”, à vista da expressiva realização de audiências na modalidade telepresencial.
	Necessidade da correta atribuição do rito de procedimento dos processos na designação de audiências no sistema PJe.
	Envio de grande quantidade de processos de todas as fases ao longo do período correicional, para inclusão em pauta de audiências no CEJUSC.
	Houve aumento na Taxa de Conciliação Líquida, na fase de conhecimento, em relação ao período correicional anterior.
	Aumento na solução dos processos da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, por conciliação em relação ao período correicional anterior.



2ª Vara do Trabalho de São Carlos

	Pequena elevação na quantidade de processos solucionados, com significativa elevação dos recebidos, influenciando negativamente a taxa de produtividade.
	Elevação da idade média e, também, do prazo médio da distribuição até a realização da 1ª audiência.
	Houve elevação de processos aguardando o encerramento da instrução, assim como dos pendentes de finalização.
	Redução do prazo médio acumulado da fase de conhecimento, inferior a 200 dias.
	Aumento dos processos baixados e diminuição dos pendentes de baixa, reduzindo o congestionamento na fase de conhecimento, em relação ao período anterior.
	Redução do prazo médio dos processos na etapa de liquidação.
	Necessidade de condução da gestão para reduzir a quantidade de processos pendentes de finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação.
	Redução do prazo médio dos processos da execução.
	Necessidade de condução da gestão para elevar os processos baixados e reduzir a quantidade de processos pendentes de extinção na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, ensejando a redução da taxa de congestionamento na fase.
	Necessidade de condução da gestão para reduzir a quantidade de processos pendentes de baixa na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, ensejando a redução da taxa de congestionamento na fase.



2ª Vara do Trabalho de São Carlos

	Utilização da ferramenta eletrônica de bloqueio de valores, com observância da imprescindível celeridade.
	Necessidade de registro da quantidade e qualidade das diligências realizadas pelo Oficial de Justiça em suas certidões, para fins de apuração das obrigações de pagar pela Unidade.
	Necessidade da correta utilização do Sistema GPrec.
	Necessidade de planejamento de novas medidas visando ao cumprimento da Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos.
	Meta 2 e Meta 5 do CNJ foram cumpridas.



A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



Registre-se a indisponibilidade dos dados dos mesoindicadores e do Igest referente ao quadro “correição atual” no Relatório Correicional (página 1) em virtude do novo mapeamento nacional dos itens do e-Gestão utilizados no cálculo do Igest.

VALE LEMBRAR

- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase execução:
 - ➔ homologação de acordos em execução;
 - ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
 - ➔ redistribuição;
 - ➔ arquivamento definitivo;
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.

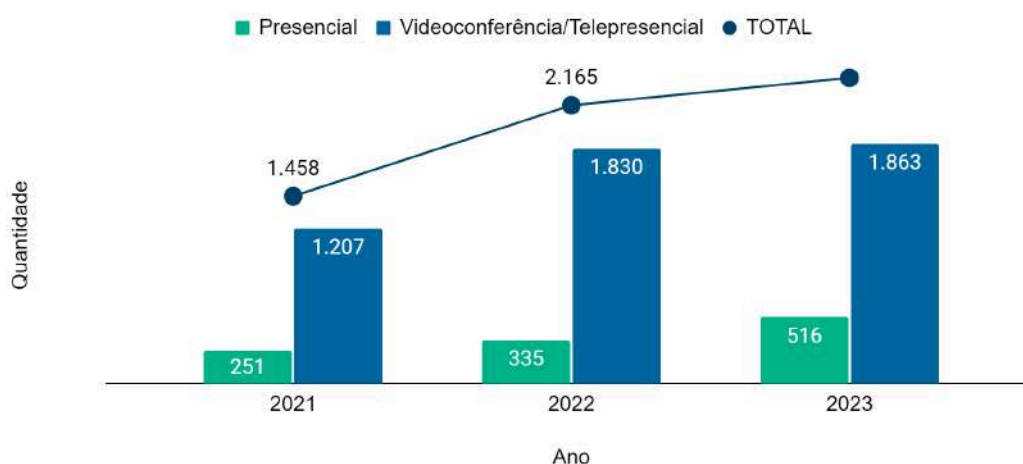


3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.





Informação da Unidade:

- Referente à Sala Principal: nos processos que tramitam 100% digital, as audiências são todas telepresenciais. Nos demais processos as audiências UNAs e INS sempre são presenciais, salvo se houver necessidade de oitiva de partes ou testemunhas por videoconferência, e as Iniciais podem ser convertidas em telepresenciais por mútuo consentimento das partes. Na sala principal não são realizadas audiências híbridas. A pedido da magistrada, em decorrência da resposta fornecida pela sala do juiz auxiliar relativamente à forma das audiências, esclareço que ambos os juízes comparecem no fórum presencialmente para realização de audiências, ainda que estas sejam telepresenciais.
- Relativamente à Sala Auxiliar: as audiências iniciais são sempre realizadas de modo telepresencial. As audiências unas, que são apenas as do rito sumaríssimo, e as audiências de instrução processual, dos ritos ordinário e sumaríssimo, são realizadas de modo telepresencial, com exceção dos processos em que as partes discordam da tramitação do feito pelo “Juízo 100% Digital”, quando são realizadas de modo presencial. O juiz auxiliar fixo participa presencialmente a partir das instalações da 2.ª Vara do Trabalho de São Carlos – SP de todas as audiências de sua responsabilidade, ou seja, dos processos ímpares do referido Juízo.



Atualmente, estão em andamento 2109 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 1507 estão na fase de conhecimento.

3.1.2. Audiências

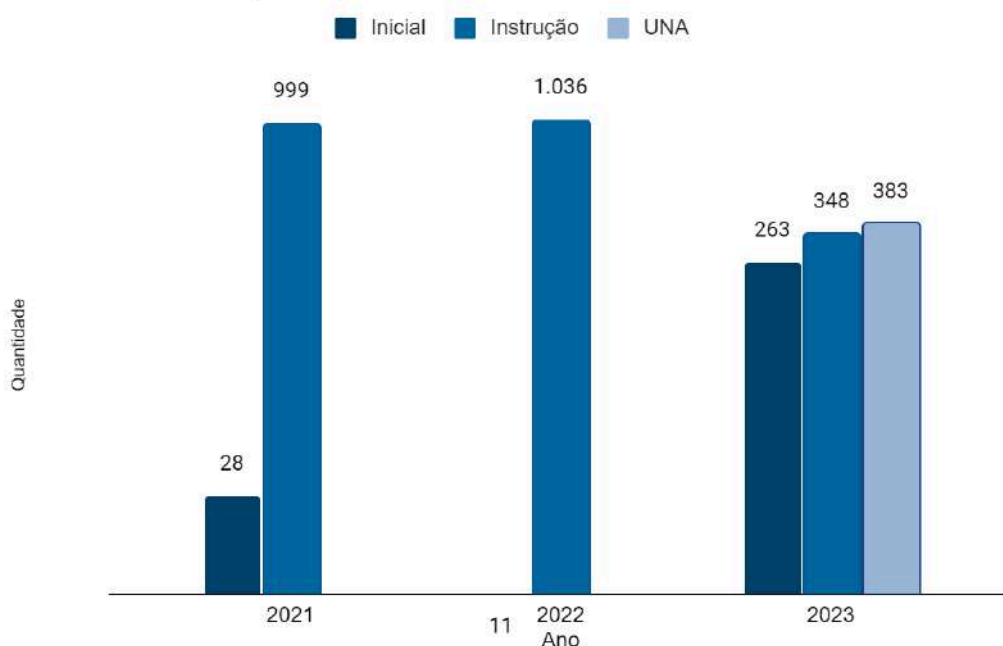
Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.



Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.



O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



Informação da Unidade: Em regra as audiências são canceladas por questões processuais ou por readequação de pauta e em 2023 fizemos várias adequações, aumentando inclusive a pauta, e em regra antecipando audiências.



Informaram ainda que, quando uma audiência é cancelada, ela está sendo redesignada para as seguintes datas:

- Inicias do rito sumaríssimo: 1º/7/2024
- Inicias do rito ordinário: 1º/7/2024
- Unas do rito sumaríssimo: 6/8/2024
- Instruções do rito sumaríssimo: 6/8/2024
- Instruções do rito ordinário: 30/9/2024

Esclarecem que, o juiz auxiliar fixo estará em férias de 15/7/2024 a 3/8/2024, e que, na Sala Auxiliar de audiências não são realizadas audiências unas do rito ordinário.



2ª Vara do Trabalho de São Carlos



Grande quantidade de audiências canceladas, com consequente retrabalho para a Secretaria.

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.

3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 3/5/2024 por amostragem, referente à semana de 10 a 14/6/2024

	Sala 1		Sala 2		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	7	27	-	22	56
UNA (Ord/Sum)	2	3	-	6	11
INS (Ord/Sum)	5	11	5	9	30
Conciliação (CON)	-	-	-	1	1
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-	-	-
TOTAL	55		43		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	✓	✓	✓	-	-
2 - AUXILIAR	✓	✓	✓	✓	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.





Na Sala 1 - Principal estão designadas 55 audiências e, na sala 2 - Auxiliar, 43.

3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 3/5/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência	Designação com regularidade até
		Pesquisa atual (dias corridos)	Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 1 - PRINCIPAL		
INICIAIS/Sum	84	46	19/6/2024
INICIAIS/Ord	153	135	18/9/2024
UNAS/Sum	97	93	6/8/2024
UNAS/Ord	-	-	-
INSTRUÇÕES/Sum	139	127	10/9/2024
INSTRUÇÕES/Ord	174	155	8/10/2024
CONCILIAÇÃO	-	25	28/5/2024



2ª Vara do Trabalho de São Carlos

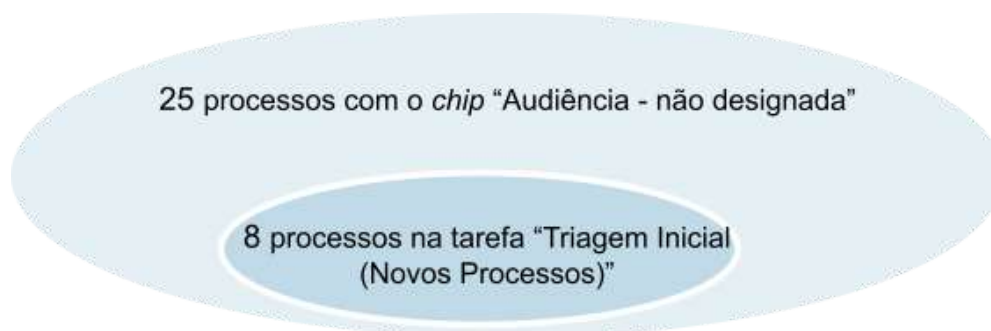
TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 2 - AUXILIAR		
INICIAIS/Sum	28	32	5/6/2024
INICIAIS/Ord	125	54	27/6/2024
UNAS/Sum	80	52	25/6/2024
UNAS/Ord	-	-	-
INSTRUÇÕES/Sum	80	19	22/5/2024
INSTRUÇÕES/Ord	154	143	26/9/2024
CONCILIAÇÃO	-	52	25/6/2024

#ParaTodosVerem: tabela comparativa entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.

	Nos processos 0011914-89.2023.5.15.0106 e 0012040-42.2023.5.15.0106 do rito sumaríssimo, foram designadas audiências como se do rito ordinário fossem, em prejuízo da avaliação da celeridade quanto aos processos do rito sumaríssimo em comparação ao ordinário.
	Priorização do rito sumaríssimo na designação de audiências.

3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 3/5/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



2ª Vara do Trabalho de São Carlos



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.



Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público não são incluídos em pautas de audiências da Sala Principal, quando a matéria é exclusivamente de direito. Nas demais hipóteses, a audiência é necessária mesmo se tratando de ente público.

Relativamente à Sala Auxiliar de audiências, considerando o conteúdo da Decisão proferida pela Exma. Desembargadora Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região, nos autos do Pedido de Providências n.º 0000643-23.2022.2.00.0515 (“Assim, determina-se aos Juízes do Trabalho de primeiro grau que não mais adotem o rito processual previsto no artigo 335 do Código de Processo Civil, abstendo-se portanto de estipular prazo para juntada de contestação sem que haja realização de audiência.”), o juiz auxiliar fixo inclui todos os processos dos quais é responsável, ou seja, ímpares da 2.ª Vara do Trabalho de São Carlos, SP, na pauta de audiências.

Também foi informado que o percentual estimado de processos com ente público corresponde a aproximadamente 9,5%.



Inconsistência técnica acerca do *chip* “Audiência - não designada”, sem responsabilidade da Unidade. Por vezes, não reflete a correta situação dos processos. Por exemplo:

No processo 0011053-06.2023.5.15.0106 a audiência já foi realizada, contudo, o *chip* só será excluído com movimentos decisivos - homologação de acordo ou sentença.



O processo mais antigo na “Triagem Inicial” é o 0010747-03.2024.5.15.0106 e data de 2/5/2024.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.



3.1.6. Agenda do Magistrado



[Clique aqui para a agenda da Juíza Titular](#)

[Clique aqui para a agenda do Juiz Substituto em auxílio fixo](#)

[Clique aqui para a agenda do Juiz Substituto](#)



A Juíza Titular, atualmente em licença para tratamento de saúde informou o comparecimento em 3 dias da semana durante o ano de 2024 e o Juiz Substituto em auxílio fixo informou o comparecimento em 4 dias da semana.



O Juiz MARCIO CAVALCANTI CAMELO é substituto móvel, a ele não se aplicando a regra prevista no § 5º, artigo 10, do Provimento GP-CR nº 1-2023.

3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência do processo 0011625-59.2023.5.15.0106 constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de São Carlos.



Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência



Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.





Utilizam o *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais, desde maio de 2021.
Configuraram a sala de espera de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem.
O secretário de audiências registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real .



Consulta por amostragem na pauta do dia 19/6/2024, nos processos 0010104-45.2024.5.15.0106 e 0010244-79.2024.5.15.0106, cujas audiências foram designadas em 26/1/2024 e 26/2/2024, corroboram a informação do uso do *link* único.

VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.

3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-Sincor, variáveis 90430, 90434 e 90438 - CEJUSC-JT de 3/5/2024



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.





O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Constata-se o envio de grande quantidade de processos ao longo do período correicional, para inclusão em pauta de audiências no CEJUSC.



Primeiramente, esclarecem que o CEJUSC Ribeirão Preto disponibiliza, em média, apenas 12 horários de audiências por mês, as quais são sempre totalmente preenchidos. Além disso, a Secretária de Audiências também atua como mediadora naquele órgão, fazendo, em média, 10 audiências por mês, além daquelas mencionadas no parágrafo anterior. A Unidade não utiliza essas audiências para processos de conhecimento. Nas fases liquidação e execução, alguns dos critérios utilizados são: • Evitar processos em que figurem massa falida, empresa em recuperação judicial, ente público ou ré revel • Selecionar processos com potencial conciliatório • Processos em que haja pedido de, pelo menos, uma das partes, para a realização de audiência de conciliação, seja por petição nos autos ou até pelo Projeto Conciliar.

VALE LEMBRAR

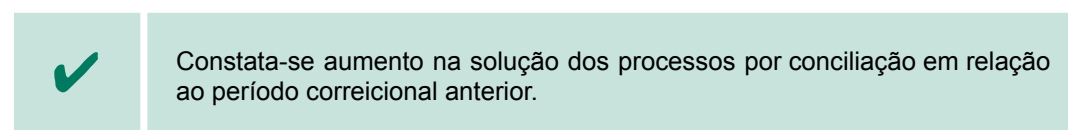
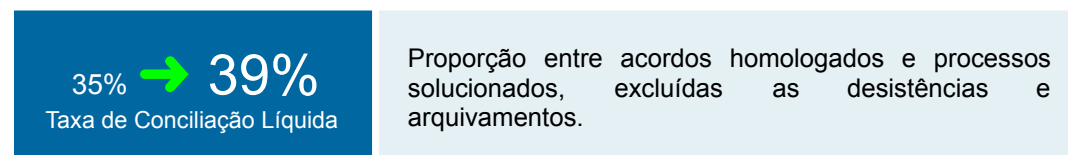
- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.



3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

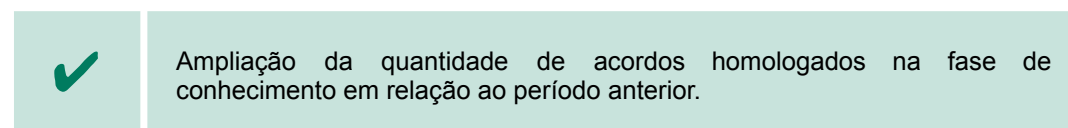
Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos



Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

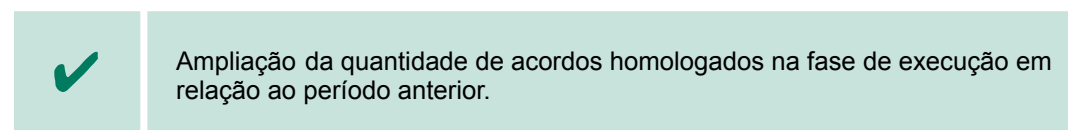
Período Correicional	6/2022 a 4/2023	6/2023 a 3/2024
Acordos Realizados	535	560
Média Mensal de Conciliação	48,6	56,0



3.2.2. Acordos em Execução

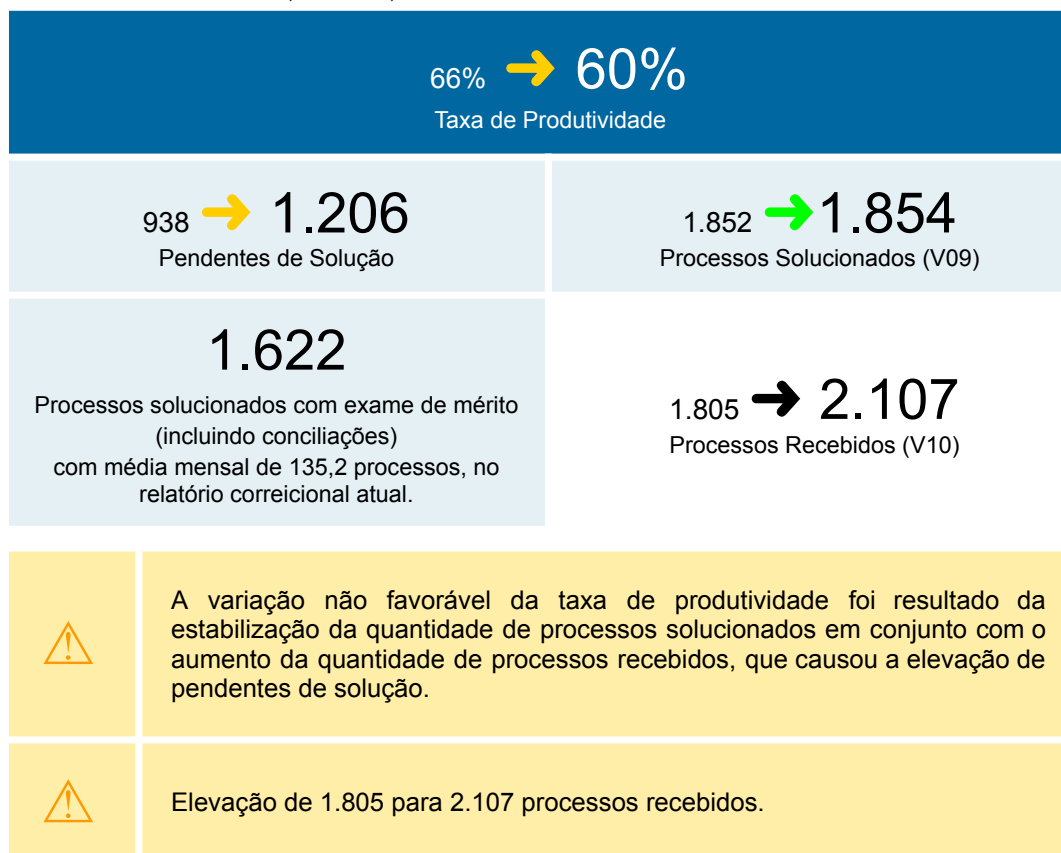
Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - variável 90378

Período Correicional	6/2022 a 4/2023	6/2023 a 3/2024
Acordos Realizados	59	69
Média Mensal de Conciliação	5,36	6,9



3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 4.1, 10.1 e 13.

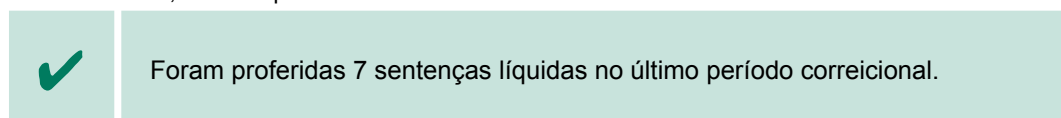


VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribuiu para a Taxa de Produtividade.

3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - variável 90055



VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.



3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
	(a partir de 6/2023)		
Incidentes na liquidação / execução	164	168	70

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.



A quantidade de incidentes resolvidos na liquidação/execução é superior ao número de incidentes opostos.

VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.



4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e relatório e-Sincor, variável 90393 (processos conclusos com prazo vencido)

2.471 → 2.492 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
582 → 695 Processos Aguardando a 1ª Audiência	340 → 488 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
64 → 75 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	130 → 138 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
132 → 140 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	209 → 192 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
0 → 0 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (V90393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



Elevação na quantidade de processos aguardando a 1ª audiência e o encerramento da instrução, bem como pendentes de finalização na fase de Conhecimento.



Elevação da idade média, bem como do prazo médio desde a distribuição até a realização da 1ª audiência, comparados ao período correicional anterior.



2ª Vara do Trabalho de São Carlos



A redução do prazo médio, com elevação da idade média, demonstra que a gestão de processos aguardando o encerramento da instrução não foi direcionada aos processos mais antigos necessariamente.



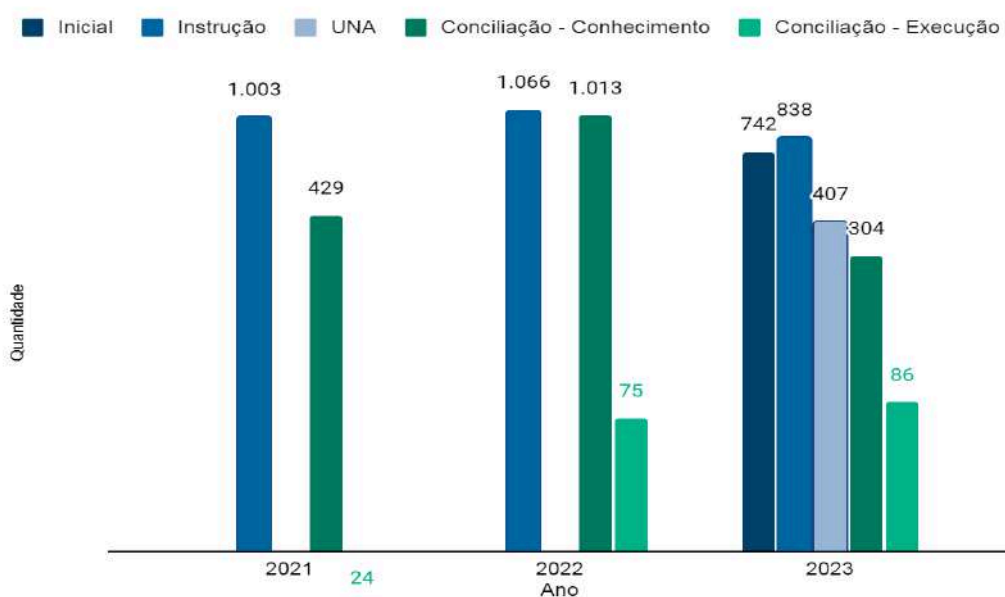
Ausência de processos conclusos para julgamento com prazo vencido.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos conclusos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.



Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.



4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: Relatório Correicional, item 5.1

**Prazo Médio
na Fase de Conhecimento
(em dias) (V05)**

233,2 → 188,5



Diminuição do prazo médio na fase de conhecimento, resultante da redução do intervalo de tempo (em dias corridos) entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença.

VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e a idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1 e 10.1

41% → 36%
Taxa de Congestionamento

1.417 → 1.329
Pendientes de Baixa (V02)

2.000 → 2.312
Processos Baixados (V13)

1.805 → 2.107
Processos Recebidos (V10)



A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de liquidação ou da fase de execução ou arquivamento definitivo.



✓	Os processos baixados foram superiores aos processos recebidos.
✓	Redução dos processos pendentes de baixa frente à elevação de processos baixados, resultando na redução do congestionamento na fase em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem.

✓	Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade do recurso ordinário (processo 0010015-56.2023.5.15.0106) e do agravo de petição (processo 0010966-84.2022.5.15.0106).
✓	A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0011686-17.2023.5.15.0106.
✓	A comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, entre partes e perito ocorreu exclusivamente dentro dos autos, no processo 0011453-20.2023.5.15.0106.
✓	No processo 0010527-05.2024.5.15.0106, foi observada a indicação exata do local da perícia, bem como do objeto a ser periciado.



	Constata-se a ausência do CNPJ do reclamado no cadastro do sistema PJe no processo 0138700-87.2000.5.15.0106, embora conste dos autos tal informação.
	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS obrigatório no processo 0010632-16.2023.5.15.0106, o qual aguarda razões finais desde 2/5/2024.
	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS "ACORDO - CONHECIMENTO", nos processos 0010166-85.2024.5.15.0106 e 0010152-04.2024.5.15.0106.

VALE LEMBRAR:

- O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.
- No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes. Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.



5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.2 e 5.2

465 → 754
Pendentes de finalização

169,3 → 110,4
Prazo Médio na Liquidação (em dias)

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de execução. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.



Não há processos arquivados provisoriamente na liquidação.



Elevação dos processos pendentes de finalização em comparação ao período correicional anterior.



Redução do prazo médio na etapa de liquidação em comparação ao ano anterior.



5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: relatório correicional, itens 4.3, 5.3 e 6.3



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de execução, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.

	Redução do número de execuções pendentes de finalização e aumento dos processos pendentes de extinção da execução, comparados ao ano anterior.
	O número de execuções iniciadas foi maior que o número de execuções encerradas, comparados ao da correição anterior.
	Redução na quantidade de processos baixados, em relação ao período anterior.





Elevação da idade média dos processos da execução, enquanto o prazo médio desse acervo apresentou redução. A conjugação dos resultados indica que, aparentemente, o encerramento da execução não está necessariamente direcionado aos processos com maiores tempos de tramitação.



Os cinco processos mais antigos da fase são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempo de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório Correicional, item 4.4

418 → 16

Processos da execução no Arquivo Provisório



Houve redução de processos arquivados provisoriamente, no entanto a suspensão de execução deve ocorrer por sobrestamento.

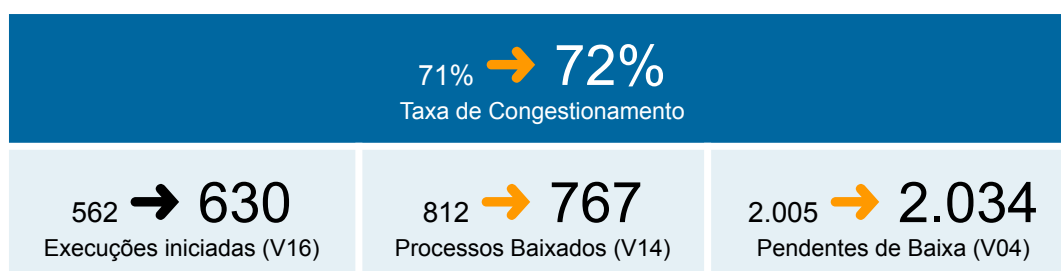


VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.

5.3. Congestionamento - Fase de Execução

Fonte: Relatório Correicional, item 4.3



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de execução, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.



A redução dos processos baixados resultou na elevação dos processos pendentes de baixa e, conseqüentemente, no aumento do congestionamento na fase em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo;



5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

→ Processos localizados por amostragem.

✓	Houve transmissão das ordens de liberação de valores dos processos 0000999-98.2011.5.15.0106 e 0010673-85.2020.5.15.0106, por meio dos sistemas SIF/SISCONDJ.
✓	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0011707-27.2022.5.15.0106, para alimentação do sistema Exe-PJe.
✓	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0011105-07.2020.5.15.0106 e 0010421-14.2022.5.15.0106 (piloto) para otimização dos procedimentos executórios.
✓	Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento", no processo 0012312-46.2017.5.15.0106, pois foi reconhecida a execução frustrada.
✓	Suspensão da execução do processo 0000042-29.2013.5.15.0106, com encaminhamento para "Aguardando Final do Sobrestamento", após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
⚠	Não consta da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas no processo 0010895-82.2022.5.15.0106.
✓	Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0011333-74.2023.5.15.0106 foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.



5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 6/2023 a 3/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
-	-	4.108	14	12/7/2023

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.

	A ferramenta eletrônica está sendo utilizada imediatamente após a determinação.
	Necessidade de manter a gestão de bloqueios efetivados no sistema SISBAJUD, contudo pendentes de desdobramento, considerando a natureza alimentar do crédito, pendente desde 3/6/2023.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.

5.4.2. Mandados Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade (consulta em 7/5/2024)

Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo
-	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados devolvidos pendentes de apreciação.



	Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: SISBAJUD, RENAJUD, ARISP, INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED), conforme processo 0011707-27.2022.5.15.0106.
	Ausência de certificação quanto aos valores das diligências na certidão de devolução do mandado (processo 0001485-20.2010.5.15.0106).
	Envidar esforços a fim de se evitar notificação por oficial de justiça, possibilitando a atuação preponderante desses servidores em atividades voltadas à pesquisa patrimonial, em busca de maior efetividade à execução (processo 0010116-64.2021.5.15.0106).

VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de execução.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.

5.5. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



A Unidade informou que ainda não houve casos de venda direta por meio de corretor particular.

5.6. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC

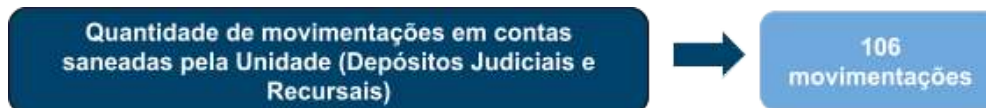
O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.



	Há 7 processos aguardando a expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe, o mais antigo datado de 3/5/2024 (0010322-44.2022.5.15.0106).
	Não há diligências pendentes de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC.
	No sistema GPREC há RPV pendente de baixa, mesmo após a liberação do crédito, como nos processos 0010480-02.2022.5.15.0106 e 0011447-47.2022.5.15.0106.
	Numa análise perfunctória, não foram constatadas RPV vencidas, sem desdobramentos, sendo as pendências identificadas no GPREC resultado de ausência de registro de pagamento (0010800-86.2021.5.15.0106).

5.7. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 5/4/2024



#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de movimentações em contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.



6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 4/4/2024

6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

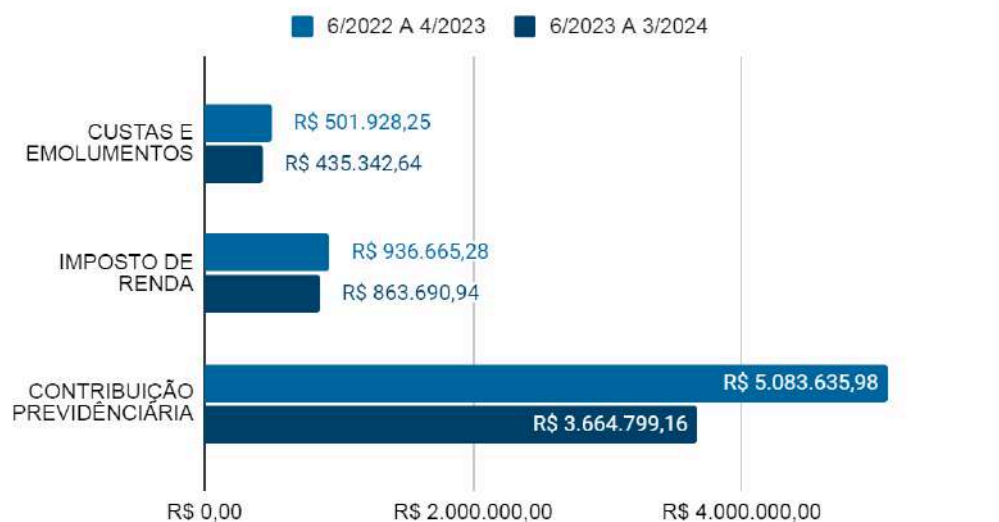


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.



8. DELIBERAÇÕES FINAIS

	Não cumprimento da Meta 1 do CNJ.
	Cumprimento da Meta 2 e Meta 5 do CNJ.
	Variação favorável do prazo médio na fase de conhecimento.
	Variação não favorável da idade média do acervo de processos da distribuição, aguardando o encerramento da Instrução.
	Variação não favorável da idade média do acervo de processos com execução iniciada, aguardando o encerramento.



As comparações acima foram realizadas entre os relatórios correicionais do ano 2023 e 2024. E, com base nisso, a Unidade fica autorizada a utilizar o modelo simplificado de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.



MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:

Acessibilidade e Inclusão



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Acessibilidade e Inclusão"

Combatendo a Violência contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Combatendo a Violência contra as mulheres"



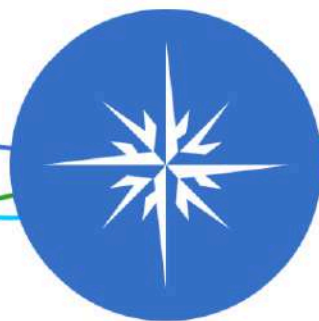


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026



Ocorrências

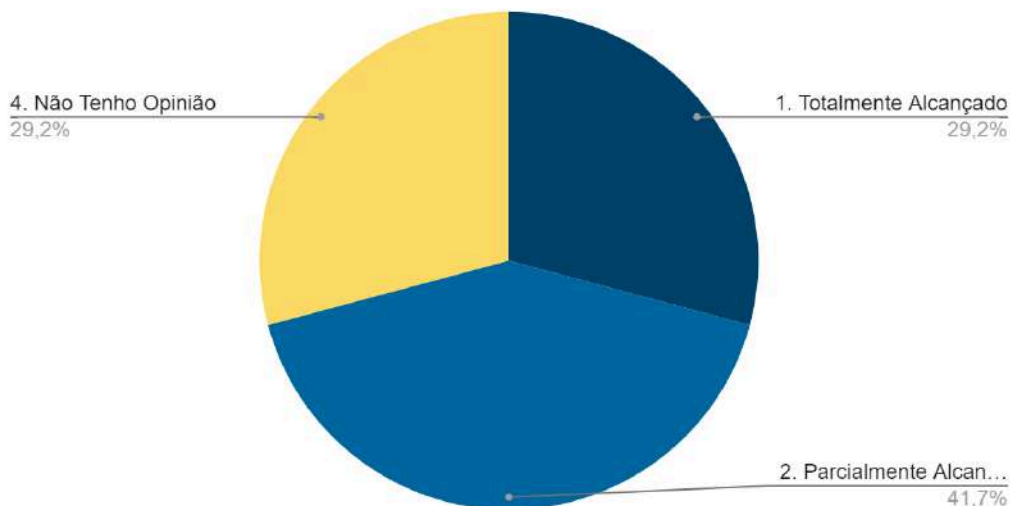
	Participaram, presencialmente, a Juíza Titular Ana Flávia de Moraes Garcia Cuesta e o Juiz Substituto em auxílio fixo Luis Augusto Fortuna.
---	--

Em face do elevado prazo médio da fase de conhecimento apontado em ata, solicitaram os Magistrados da unidade haja designação de Juízes Substitutos para atuarem na unidade durante os períodos de férias dos Magistrados, uma vez que a inexistência de substituto durante esses períodos culmina, inevitavelmente, na elevação de tal prazo médio, com impacto direto no prazo para a efetiva prestação jurisdicional.

Durante a Correição Ordinária, foi apurada a inexistência de rampa de acesso ao Fórum para pessoas com deficiência, sendo utilizada a rampa de acesso à garagem, destinada a veículos, para tal finalidade.

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.



Demandas de servidoras e servidores

Não houve.

Atendimentos



Advogado Hiéridy Buono de Souza
OAB/SP nº 354.558

Advogado Renato Cassio Soares de Barros
OAB/SP nº 160.803
Presidente da 30ª Subseção de São Carlos

Os advogados foram atendidos pelo Exmo Desembargador Vice-Corregedor Regional.

Providências multidisciplinares

Encaminhe-se cópia desta Ata de Correição, valendo como ofício, à Presidência, em decorrência da constatação de ausência de rampa de acesso ao Fórum para pessoas com deficiência, bem como em razão da solicitação dos Magistrados, aqui consignadas.

Encerramento

Em 29 de maio de 2024, às 13h01min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sergio Bertoldo Junior e Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência o Desembargador MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO Vice-Corregedor Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



RELATÓRIO CORREICIONAL

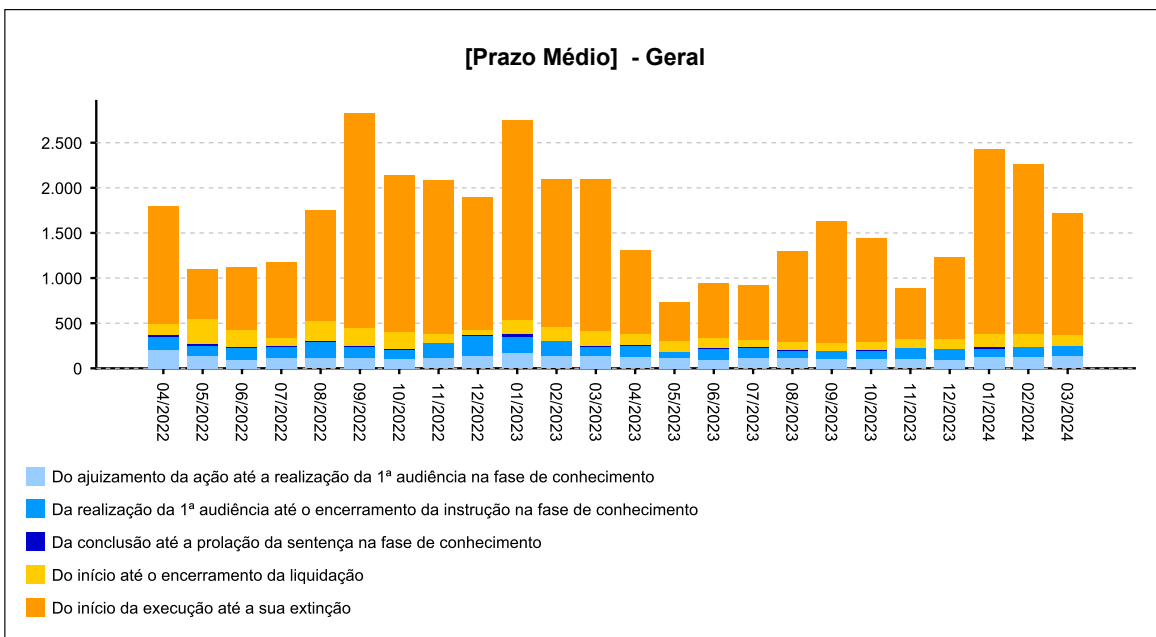
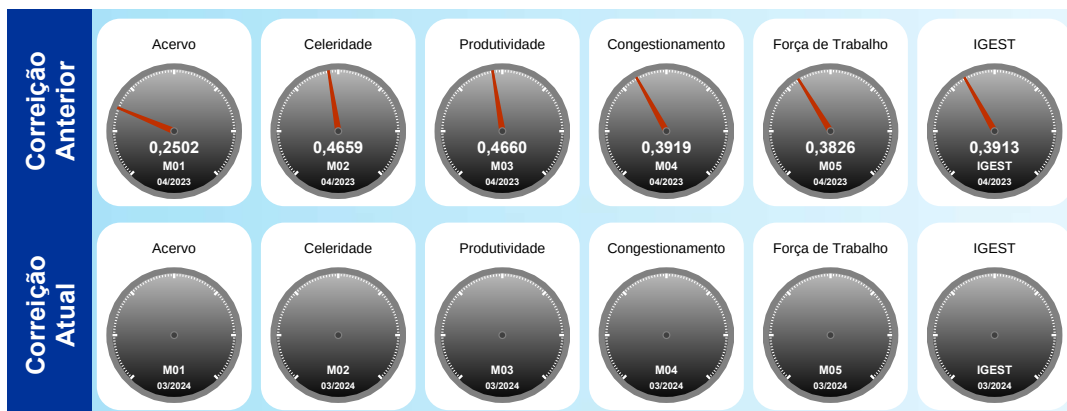
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO CARLOS - 0106
[1501 a 2000 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 8.432/92
Data de Instalação: 16/09/1994
Data de Instalação do PJE: 21/05/2014
Data da Última Correição: 07/06/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Índice

[1 - TITULARIDADE](#)

[2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)

[3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)

[3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)

[3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)

[3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)

[4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)

[5 - PRAZOS MÉDIOS](#)

[6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)

[7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)

[8 - RECURSOS](#)

[9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)

[10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)

[11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)

[12 - ARRECADAÇÃO](#)

[13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)

[14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA	18/04/2022

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
25/06/2023 a 14/07/2023	FÉRIAS
14/08/2023 a 14/08/2023	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
18/09/2023 a 07/10/2023	FÉRIAS
09/10/2023 a 11/10/2023	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
22/01/2024 a 10/02/2024	FÉRIAS
15/04/2024 a 29/04/2024	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/06/2023 a 28/04/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
LUIS AUGUSTO FORTUNA	07/01/2022 a 29/04/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/07/2023 a 05/08/2023	FÉRIAS
30/11/2023 a 19/12/2023	FÉRIAS





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [31/03/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADILSON ANTONIO MIRANDA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	16/09/1994
ALEXANDRA CRISTINA FERREIRA	TJA	FC-04 CALCULISTA	03/11/2005
CESAR TORRES SEISDEDOS	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	12/04/2014
CHRISTIANNE RODRIGUES DURGANTE MONACO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	17/07/2006
CLAUDIA CRISTINA GRANJA	REQ	FC-02 ASSISTENTE	06/08/2009
JANE HELOISA AMA DA SILVA	REQ	FC-02 ASSISTENTE	17/08/2023
JOSE EDUARDO LEME PASSOS	TJA	-	26/02/2024
JULIO CESAR PETRUCCELLI	AJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	02/06/2005
MARIA ELEONORA FERREIRA DE MORAES LEAL	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	17/09/2018
RENATA AMARAL LADEIRA	REM	FC-02 ASSISTENTE	30/01/2017
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			6
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [06/2023 a 03/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	25
LICENÇA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA - REQUISITADO RPPS - INDETERMINADO	9
LICENÇA TRATAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA - SERVIDOR - ATÉ 30 DIAS	1
TOTAL	35





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [31/03/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
MARIA FERNANDA CESAR	MUNICÍPIO DE IBATÉ	06/11/2023
RAISSA DOS SANTOS MELO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/03/2024
RAQUEL CRISTINE DA SILVA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/11/2023



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [31/03/2024]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
LUIS AUGUSTO FORTUNA	34

SERVIDORES	HORAS
ADILSON ANTONIO MIRANDA	360
CHRISTIANNE RODRIGUES DURGANTE MONACO	37
JANE HELOISA AMA DA SILVA	3
JULIO CESAR PETRUCCELLI	15
MARIA ELEONORA FERREIRA DE MORAES LEAL	63





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

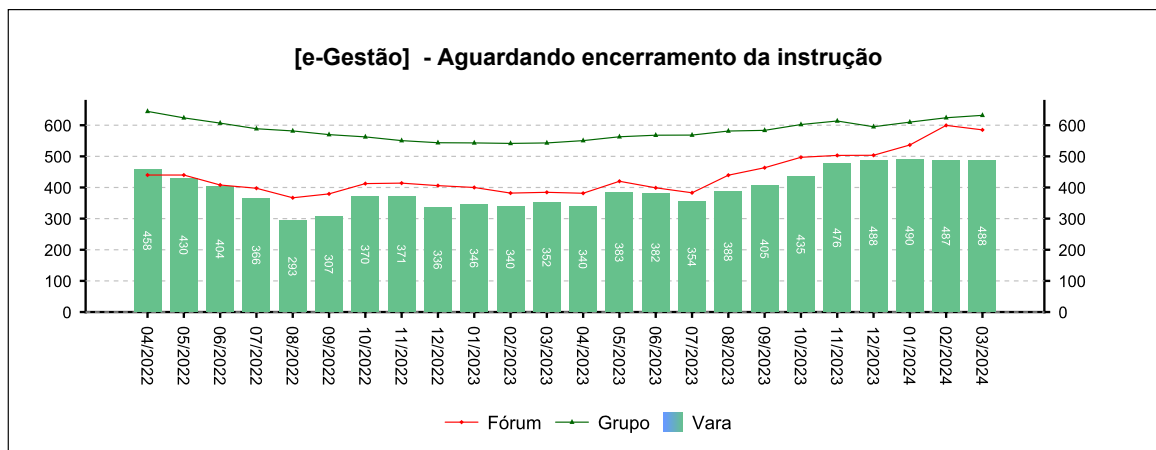
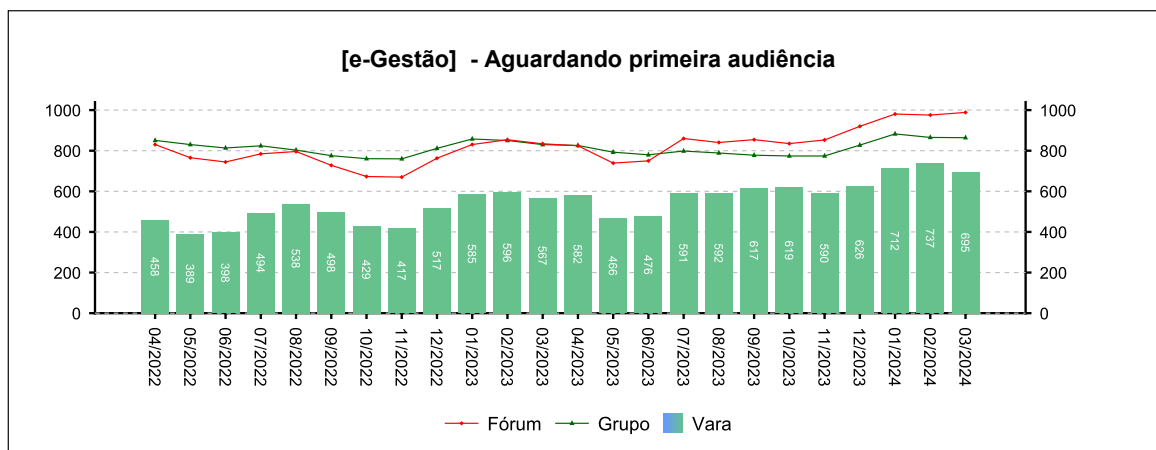
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	695	864	988
Aguardando encerramento da instrução	488	632	585
Aguardando prolação de sentença	23	85	112
Aguardando cumprimento de acordo	5	44	48
Solucionados pendentes de finalização na fase	1.281	1.417	1.204
Pendentes de finalização	2.492	3.042	2.936

Período: 06/2023 a 03/2024

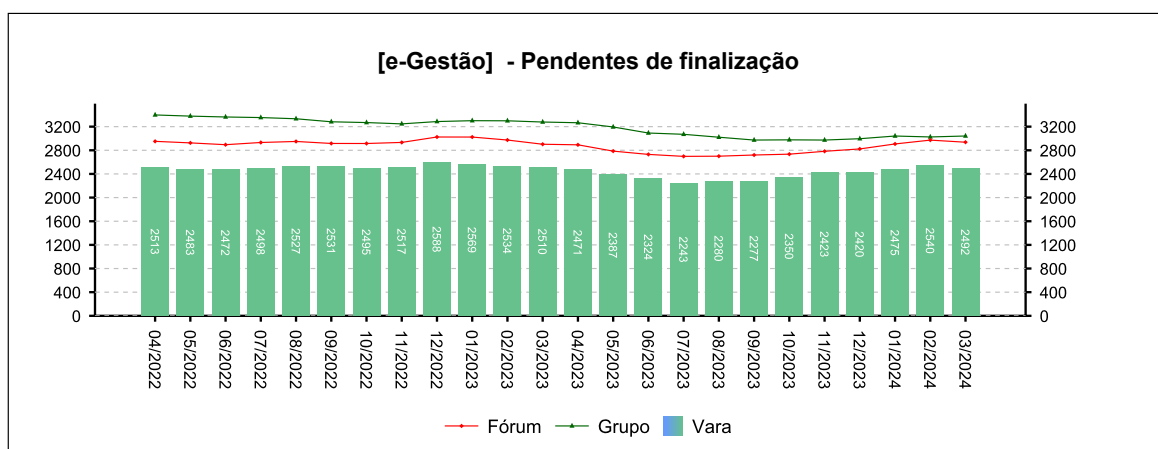
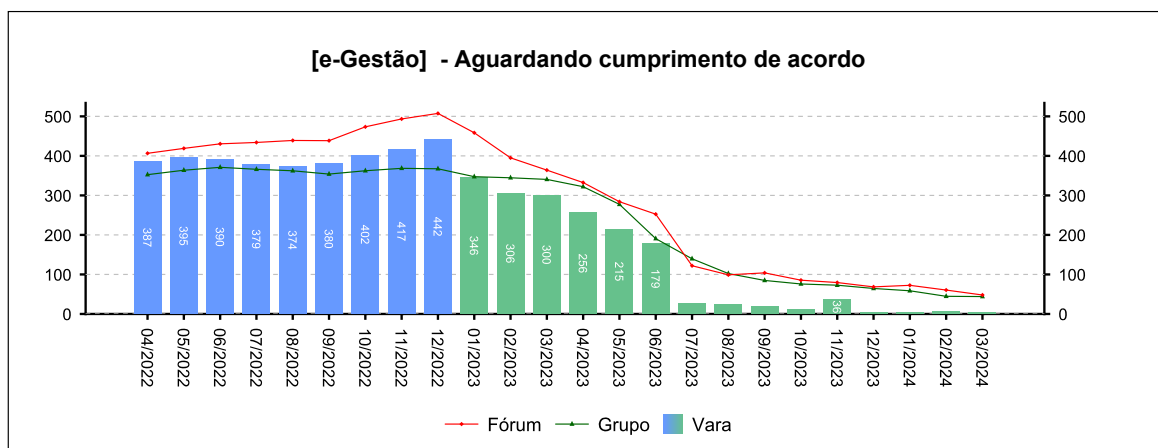
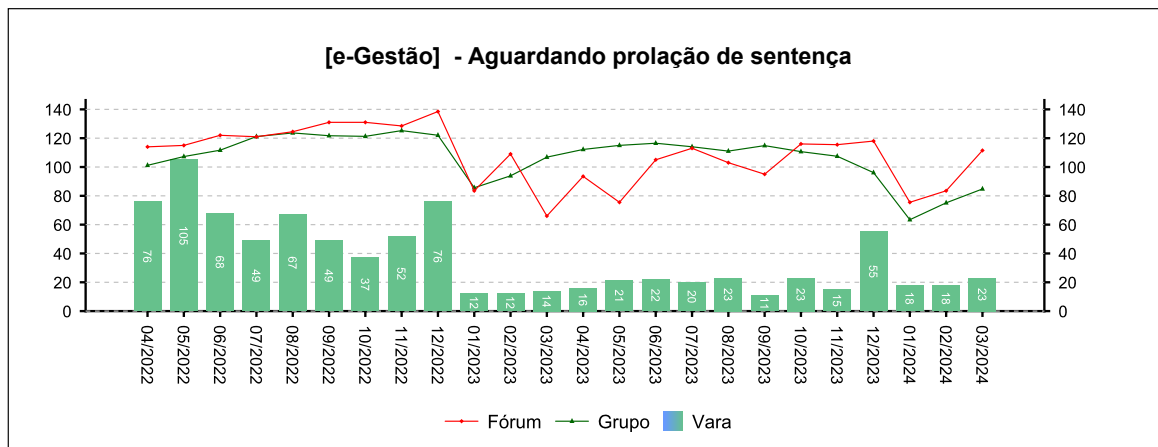




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

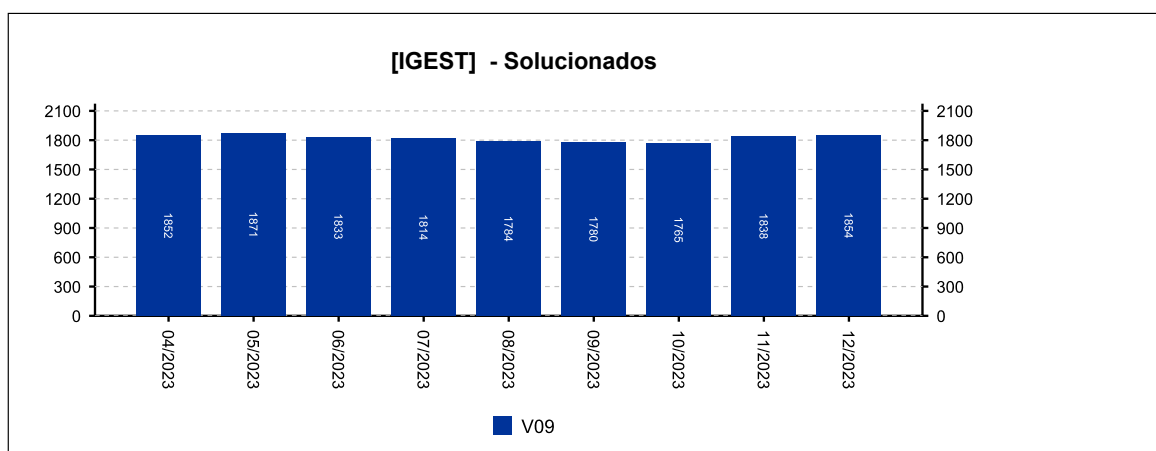
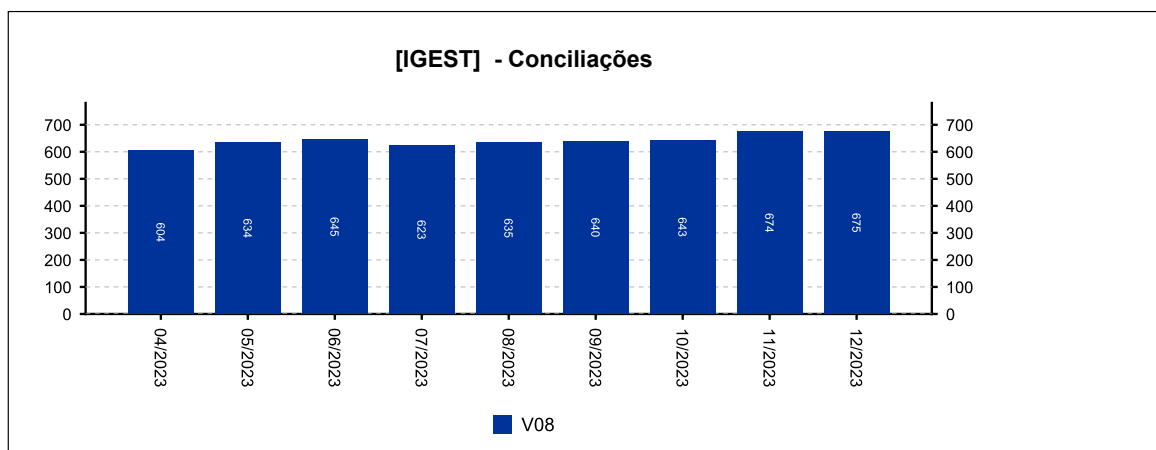
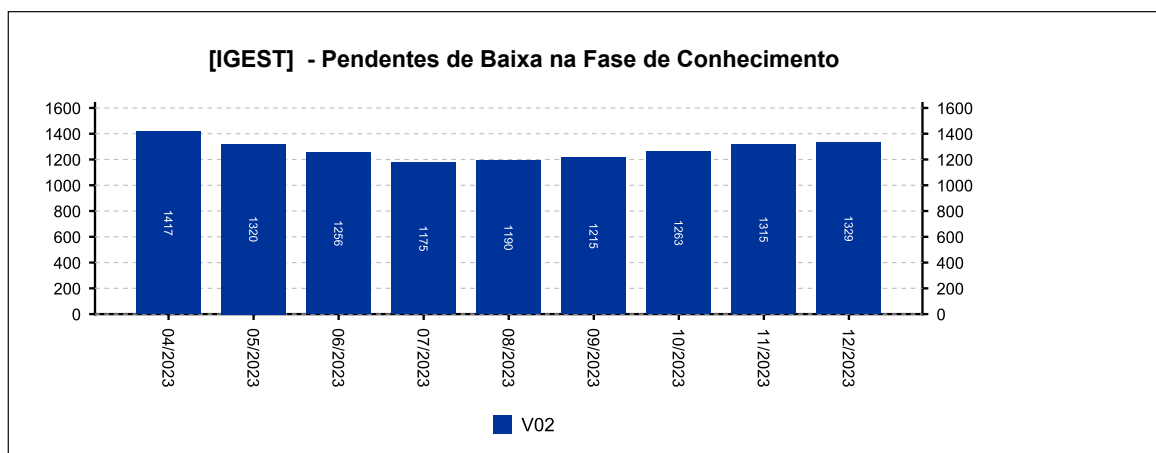




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

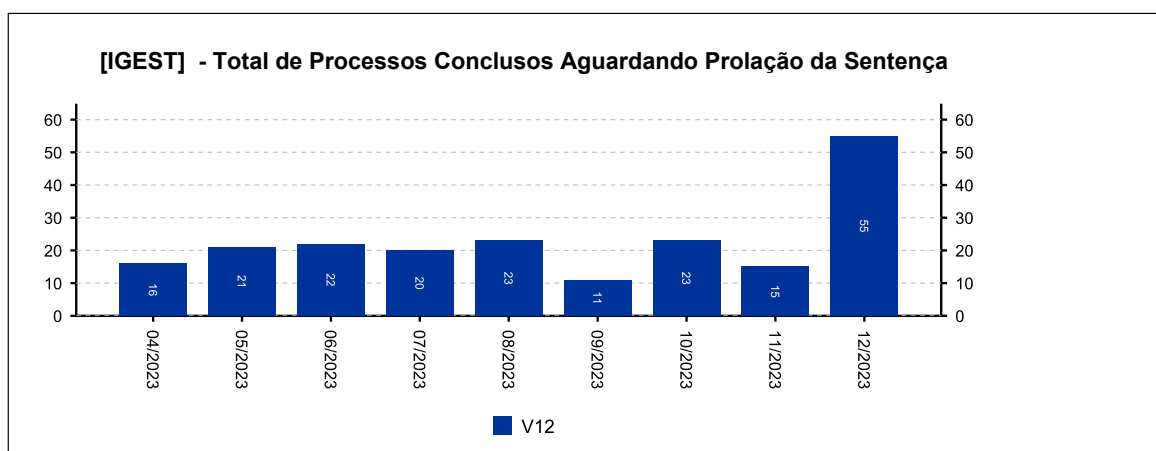
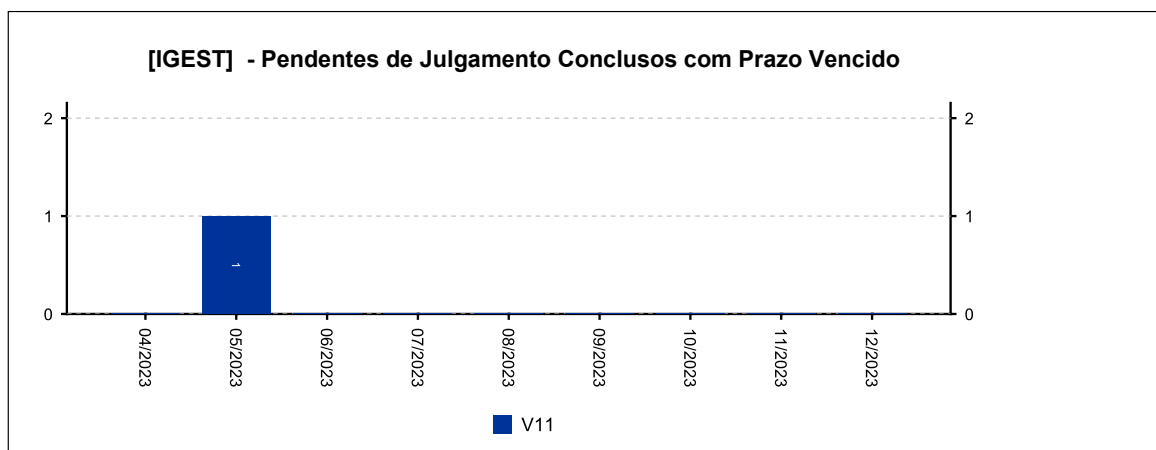
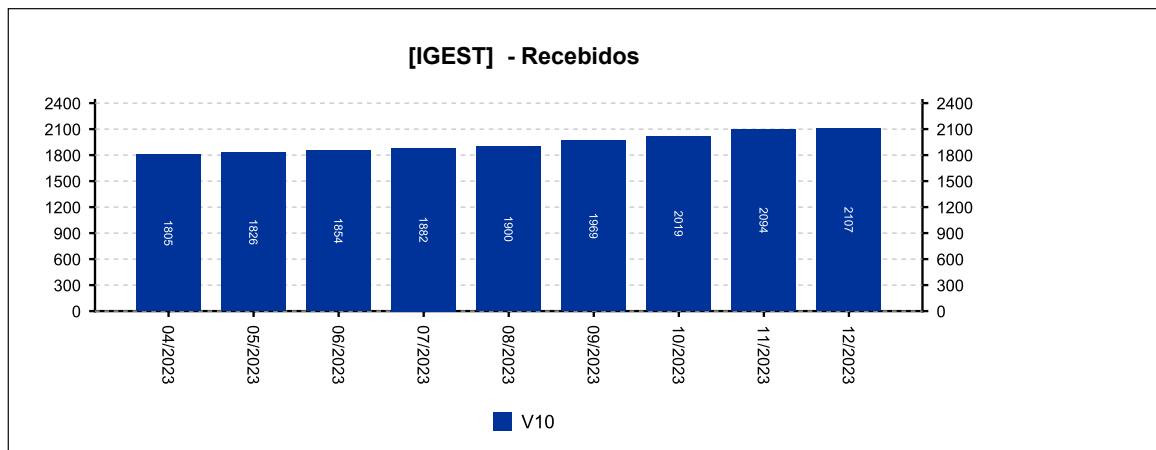




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

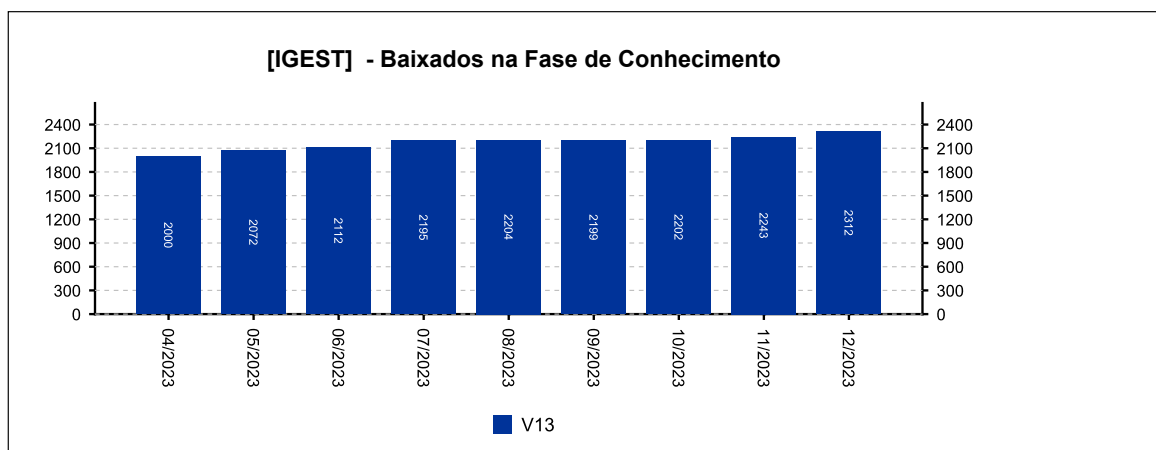




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





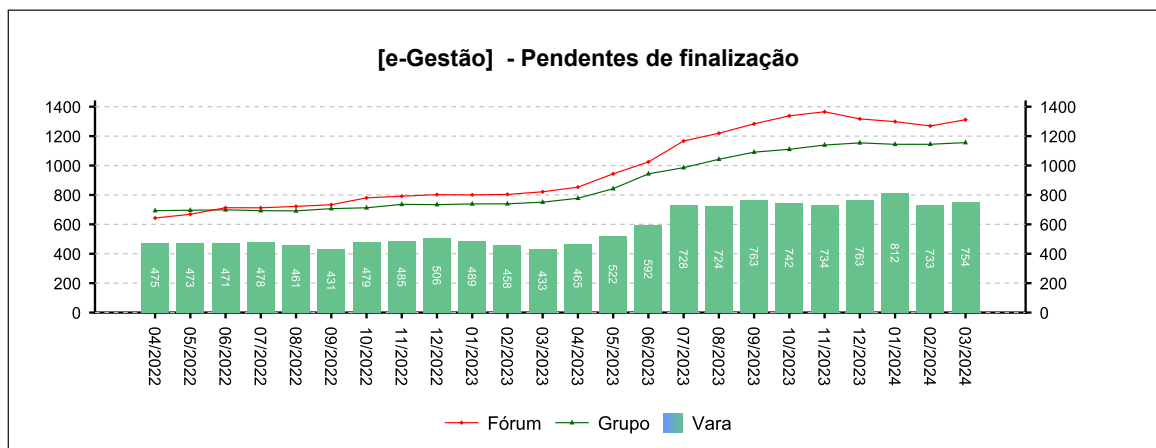
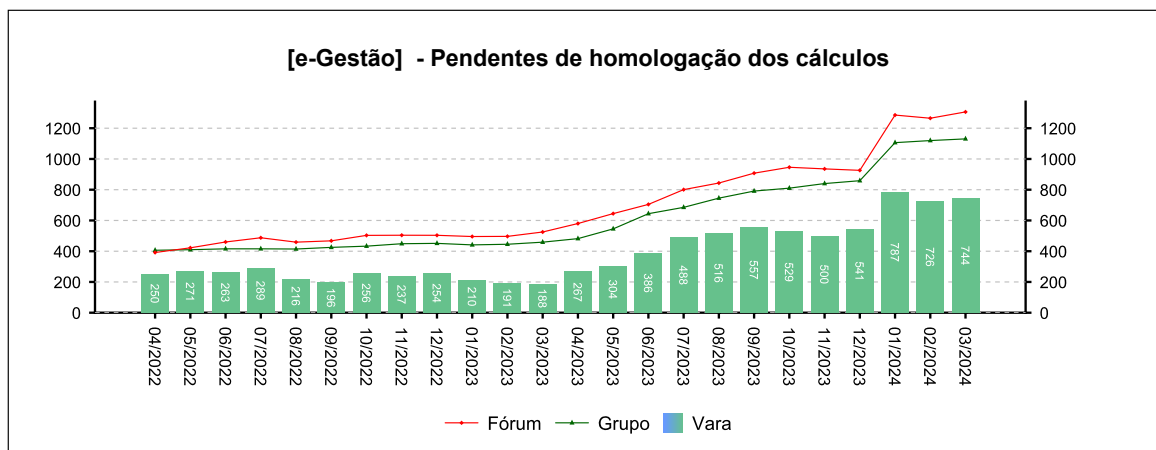
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	744	1.131	1.306
Liquidados pendentes de finalização na fase	10	25	6
Pendentes de finalização	754	1.156	1.312

Período: 06/2023 a 03/2024

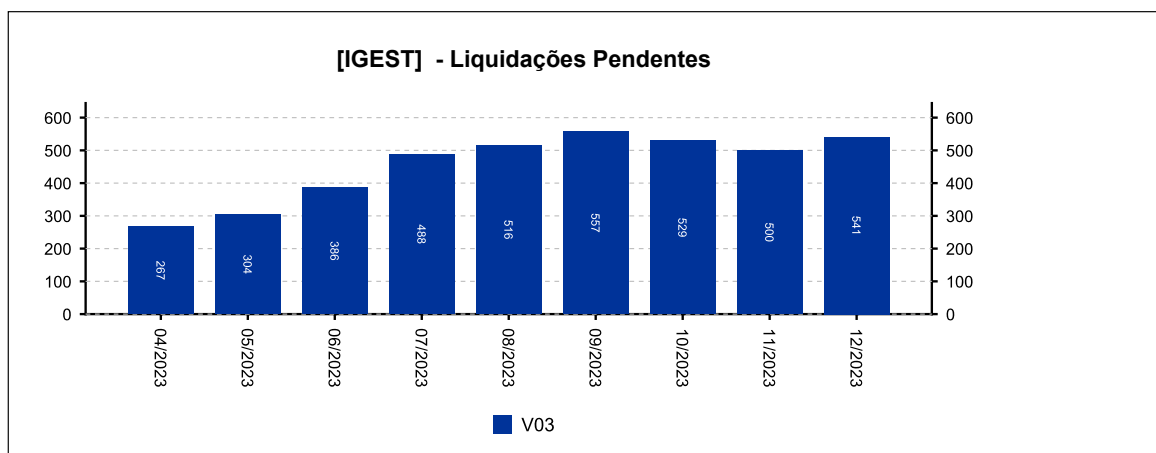




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

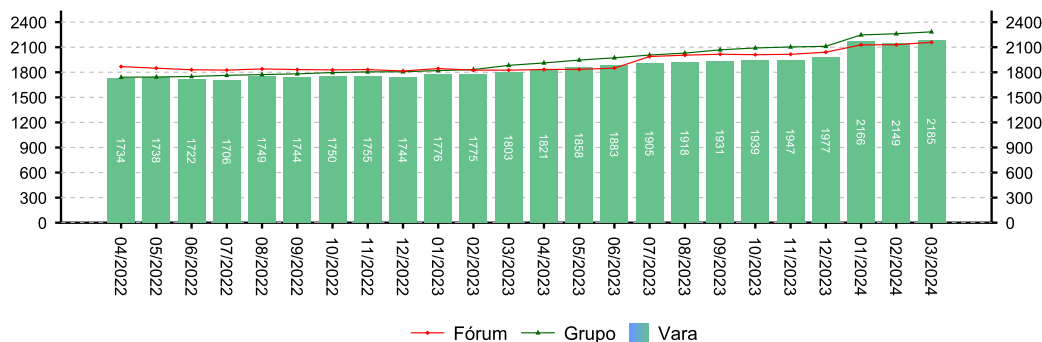
(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

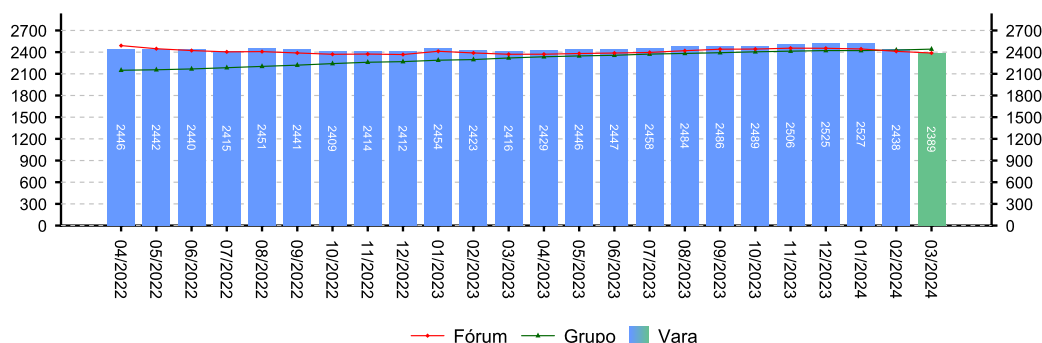
SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	2.185	2.284	2.159
Encerrados pendentes de finalização na fase	206	159	232
Pendentes de finalização	2.389	2.442	2.388

Período: 06/2023 a 03/2024

[e-Gestão] - Pendente de extinção da execução



[e-Gestão] - Pendentes de finalização

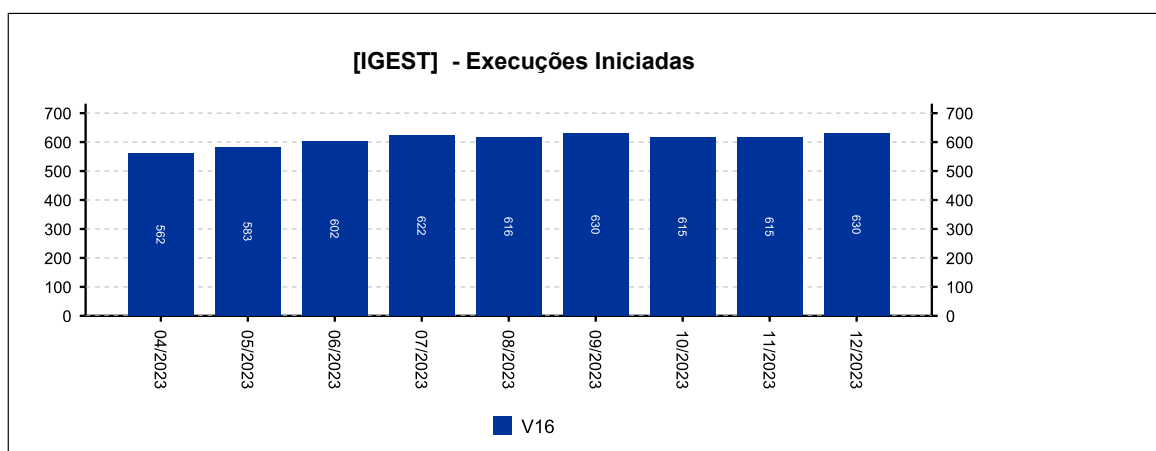
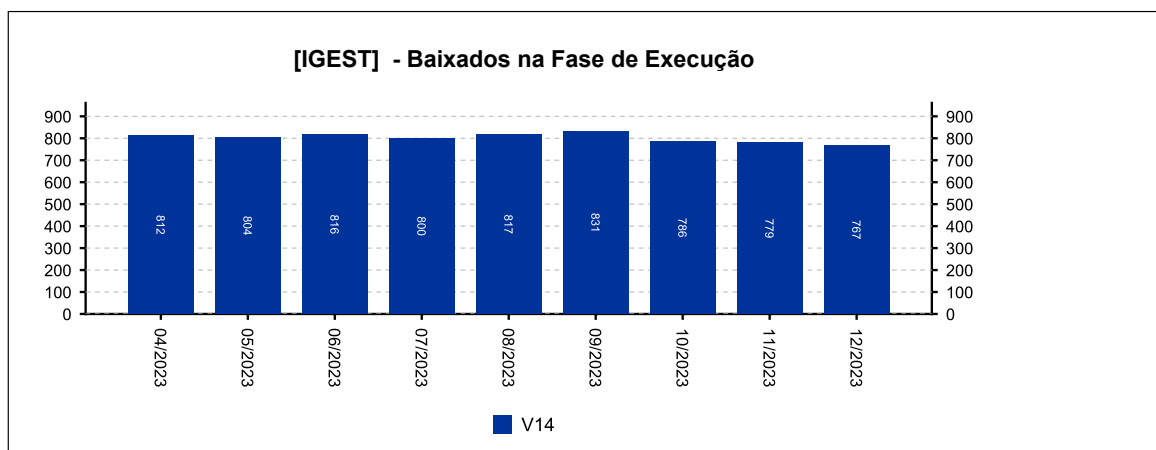
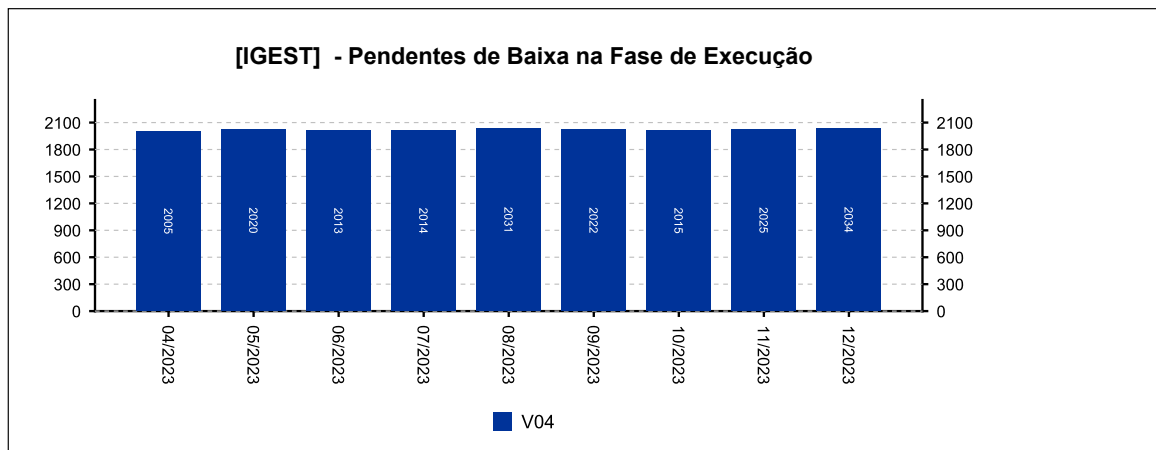




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

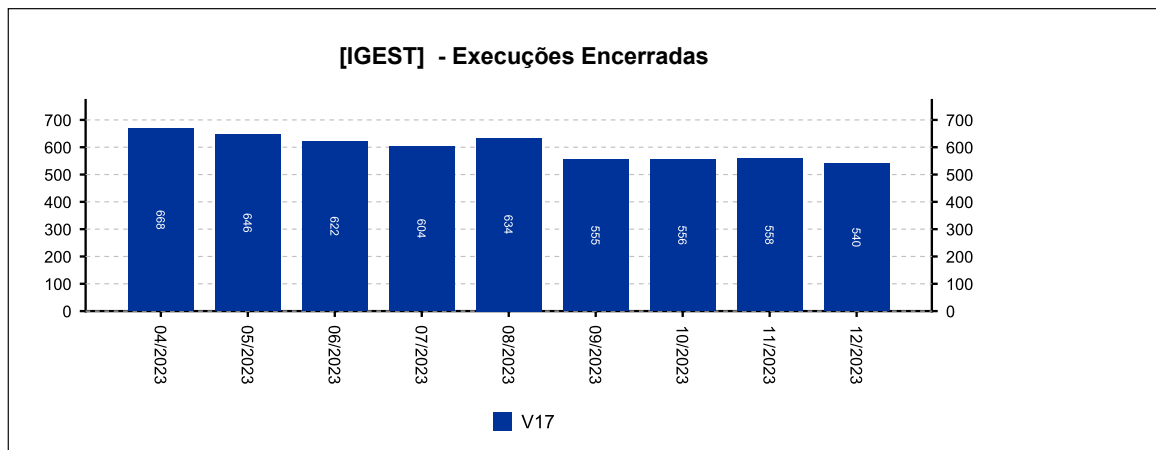




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução





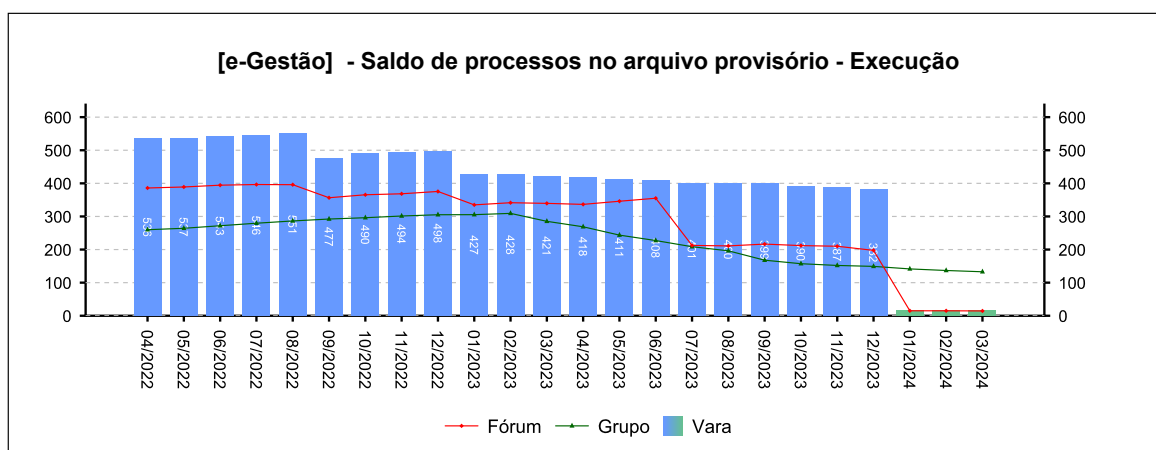
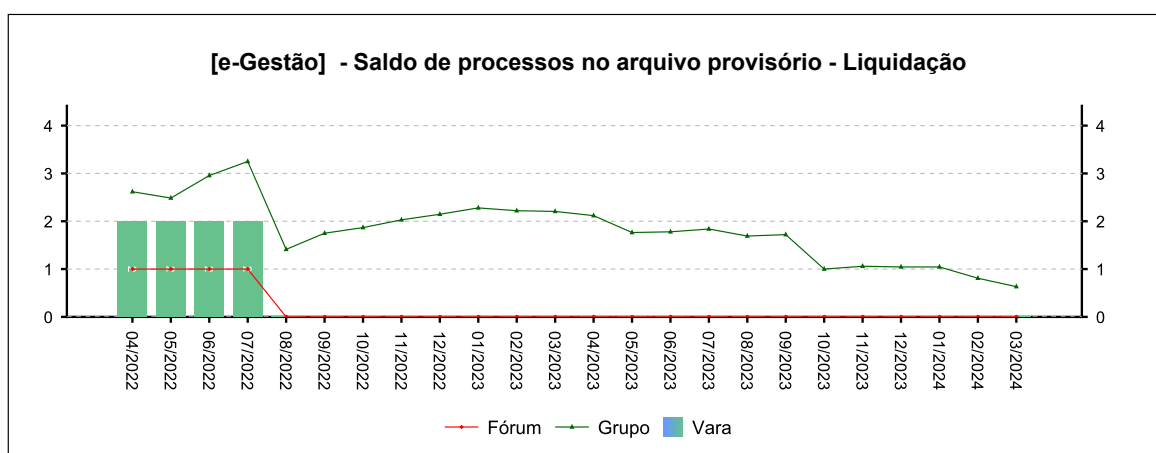
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	0
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	16	133	14

Período: 06/2023 a 03/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	2.492	3.042	2.936
Pendentes de finalização - Liquidação	754	1.156	1.312
Pendentes de finalização - Execução	2.389	2.442	2.388
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	0
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	16	133	14
TOTAL:	5.651	6.773	6.650

Período: 06/2023 a 03/2024





5 - PRAZOS MÉDIOS

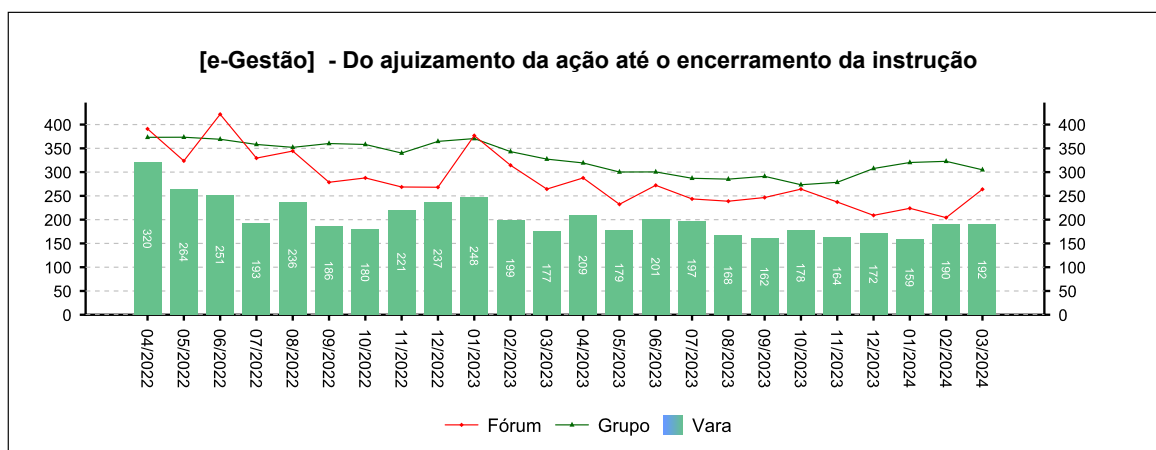
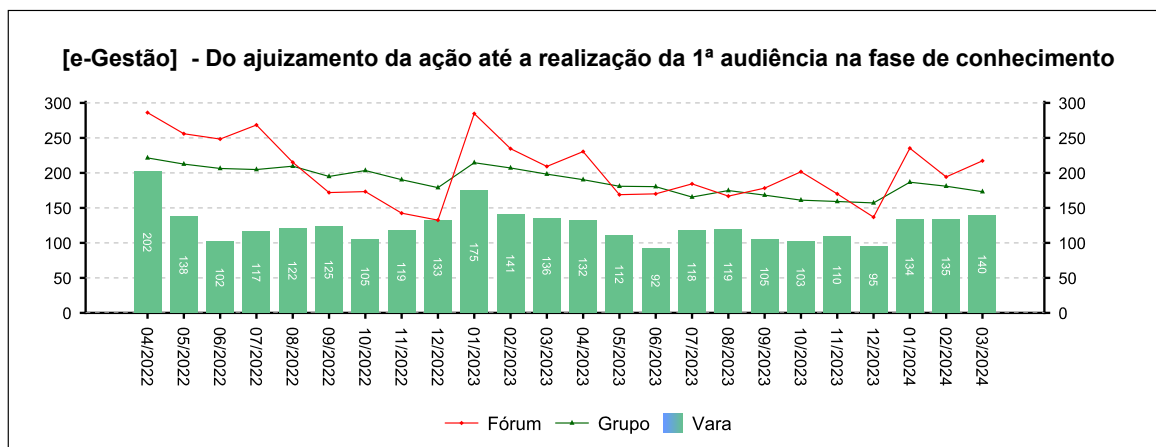
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

5.1 - Fase de Conhecimento

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	1.205	115	171	186
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.566	179	296	244
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.492	181	312	257
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	1.138	5	29	25

Período: 06/2023 a 03/2024

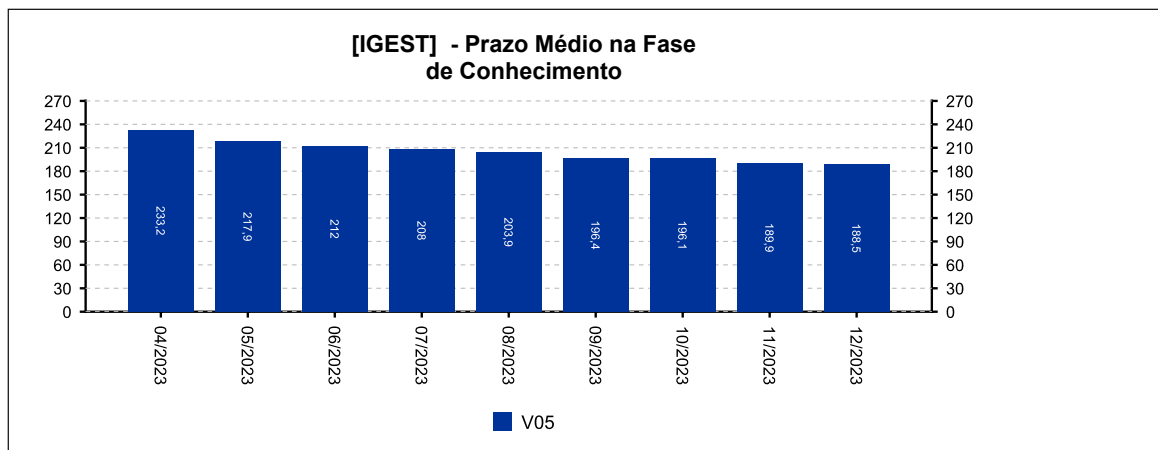
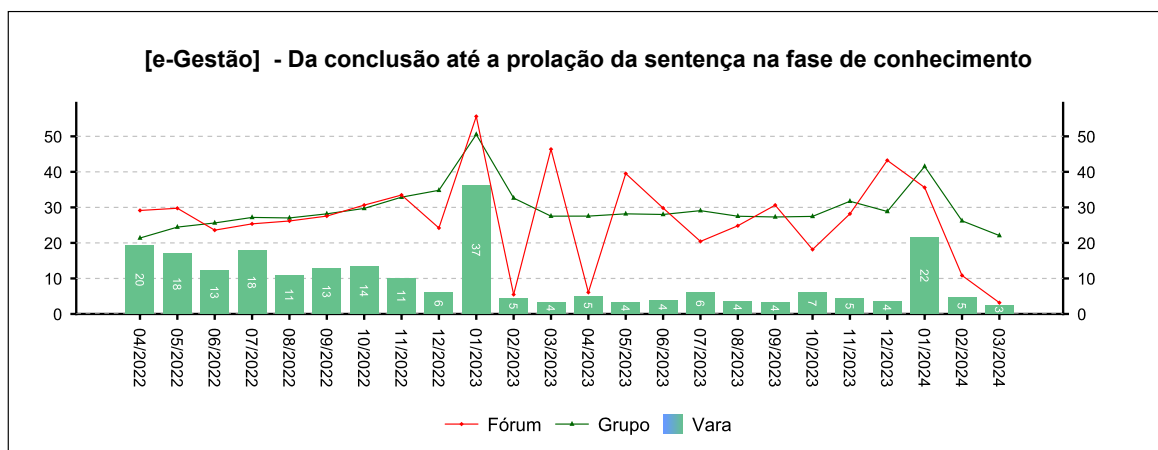
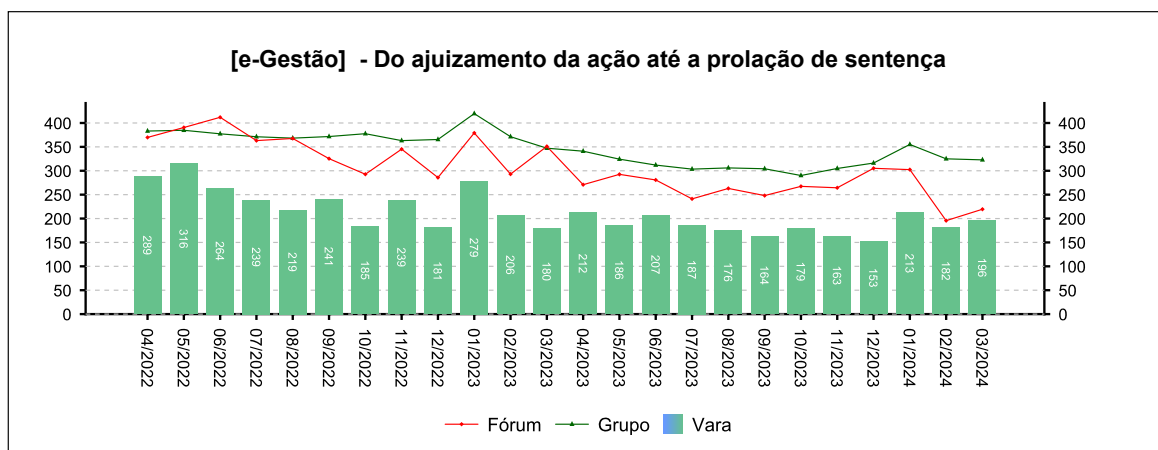




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento



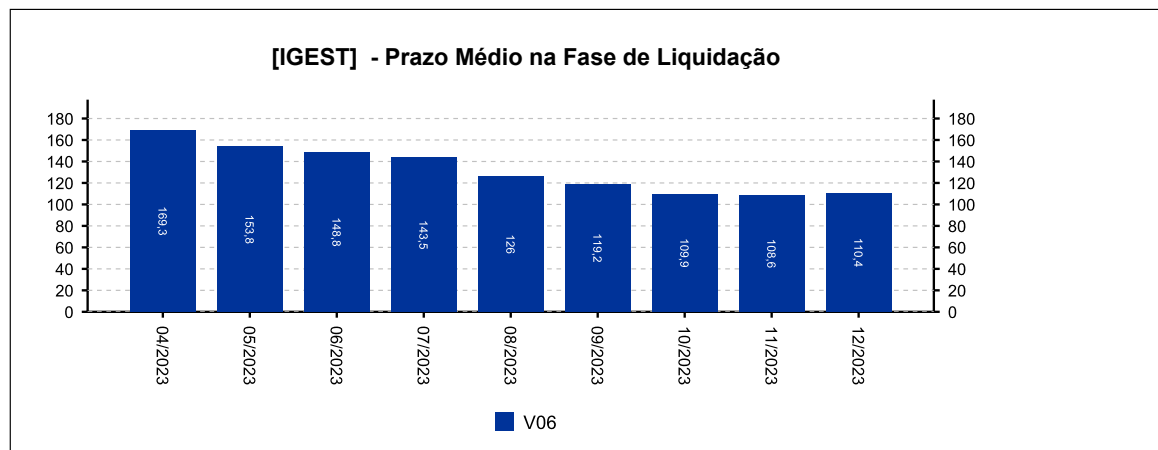
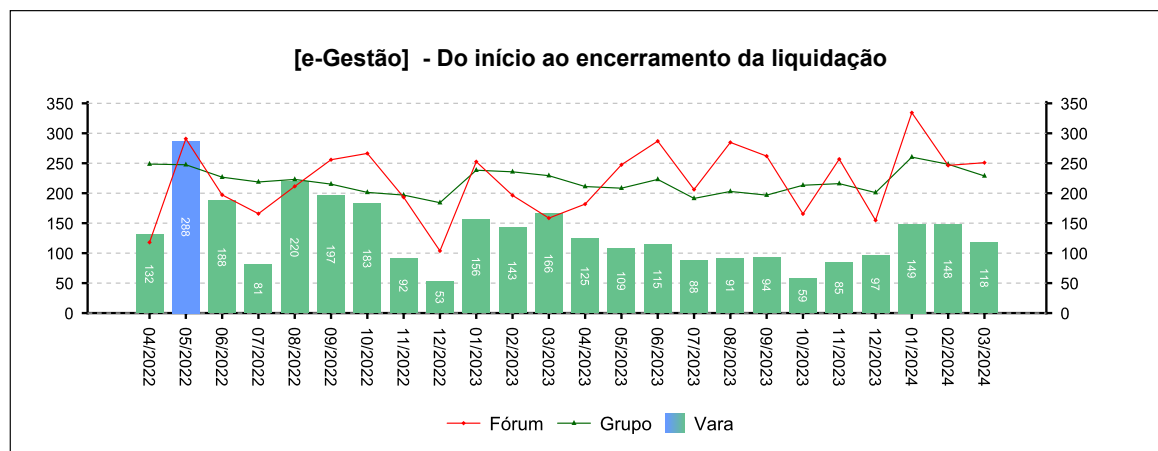


5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	539	104	219	249
Período: 06/2023 a 03/2024				





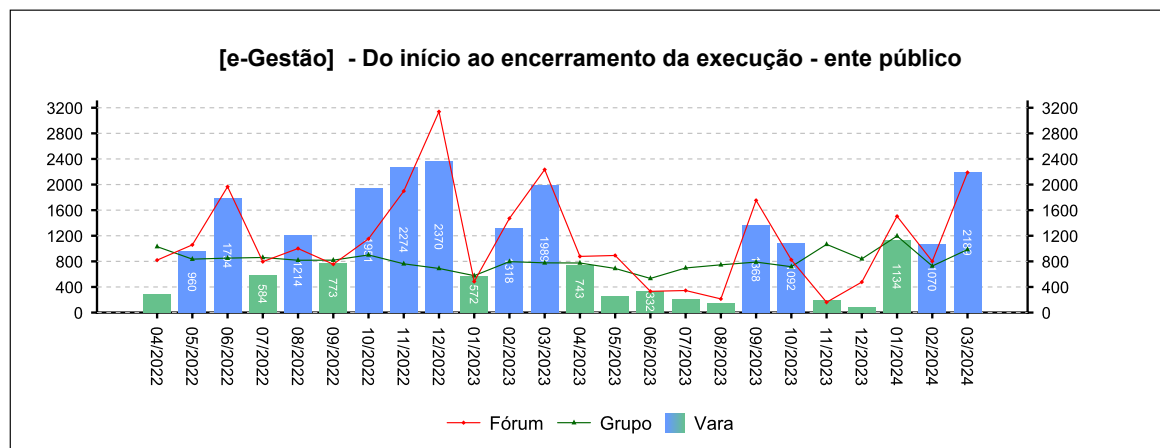
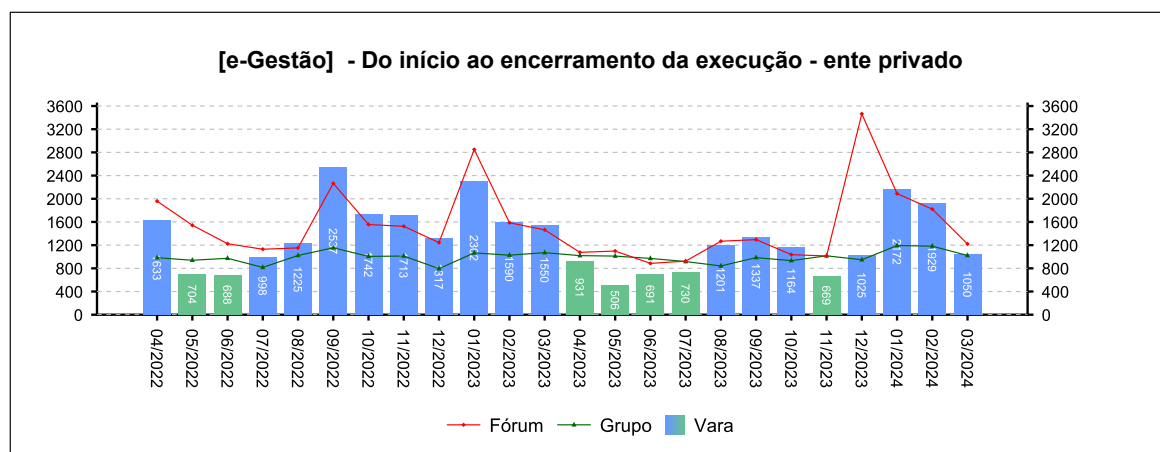
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	453	1.597	1.003	1.652
Do início ao encerramento da execução - ente público	82	805	836	966
Total / Média	535	1.475	975	1.531

Período: 06/2023 a 03/2024

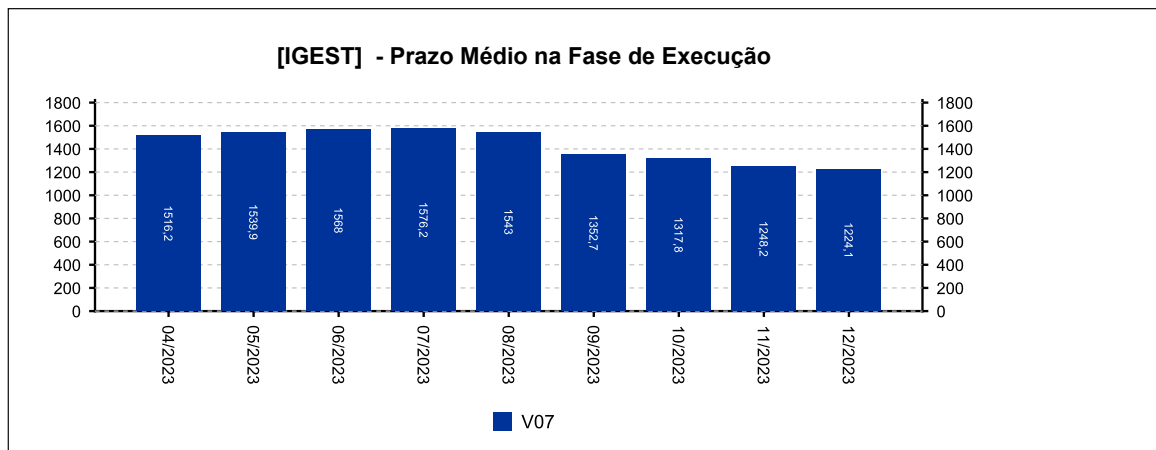




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

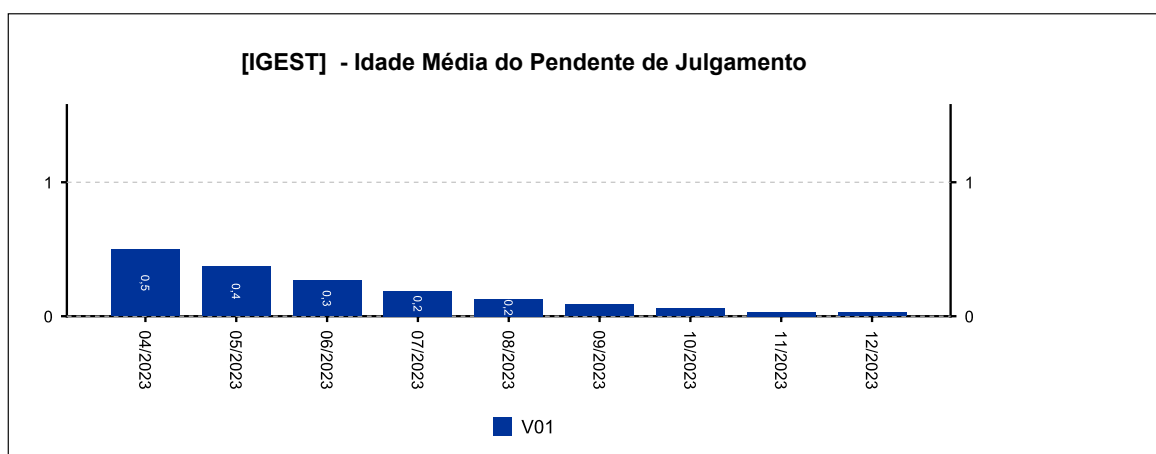
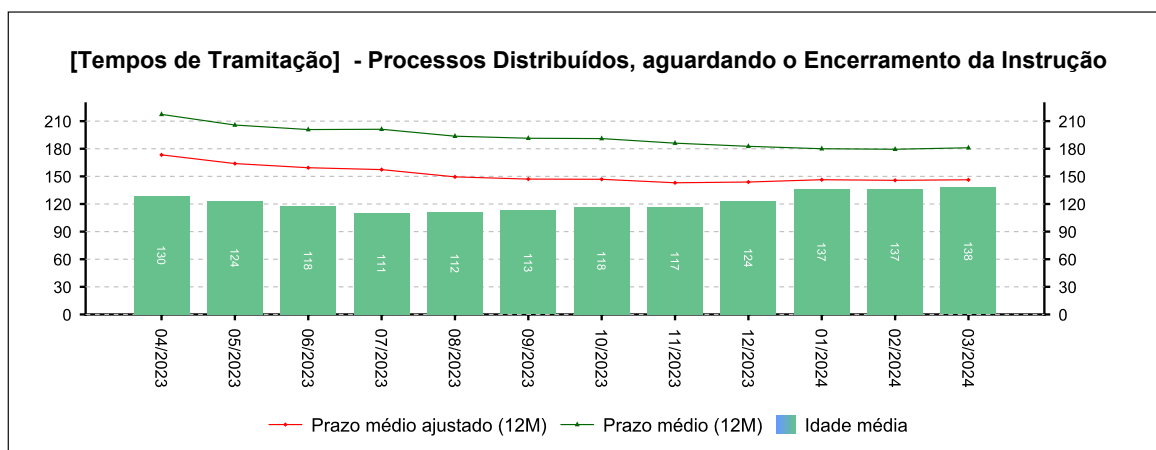
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010668-92.2022.5.15.0106	25/07/2023	15/05/2022	686
0010798-82.2022.5.15.0106	31/07/2023	10/06/2022	660
0010806-59.2022.5.15.0106	09/10/2023	13/06/2022	657
0011111-43.2022.5.15.0106	13/04/2023	05/08/2022	604
0011133-04.2022.5.15.0106	08/03/2024	10/08/2022	599

Período: até 03/2024





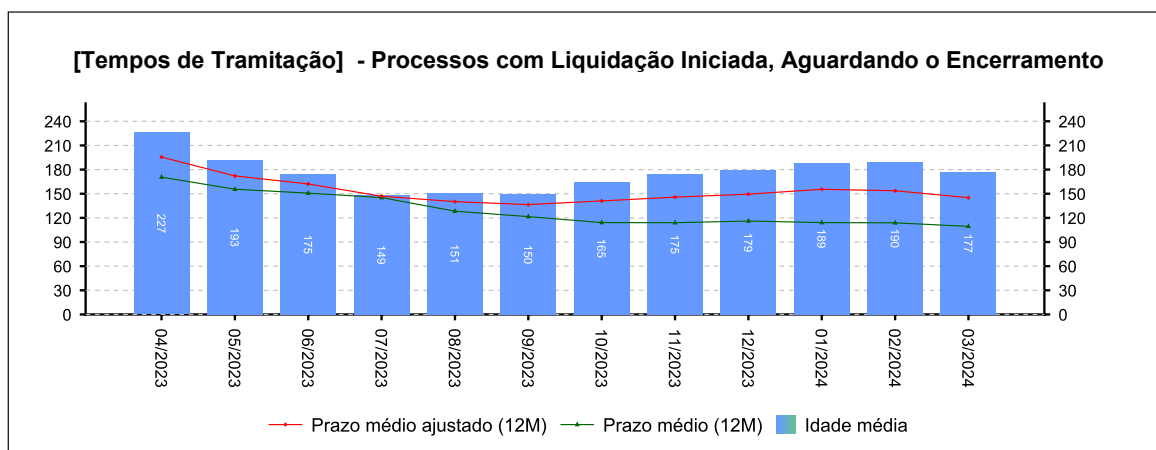
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010827-79.2015.5.15.0106	29/06/2017	17/04/2015	2.467
0011326-29.2016.5.15.0106	17/06/2019	29/06/2016	1.749
0010449-84.2019.5.15.0106	04/09/2019	10/04/2019	1.670
0012655-76.2016.5.15.0106	09/09/2019	04/11/2016	1.665
0011296-86.2019.5.15.0106	30/09/2019	30/09/2019	1.644

Período: até 03/2024





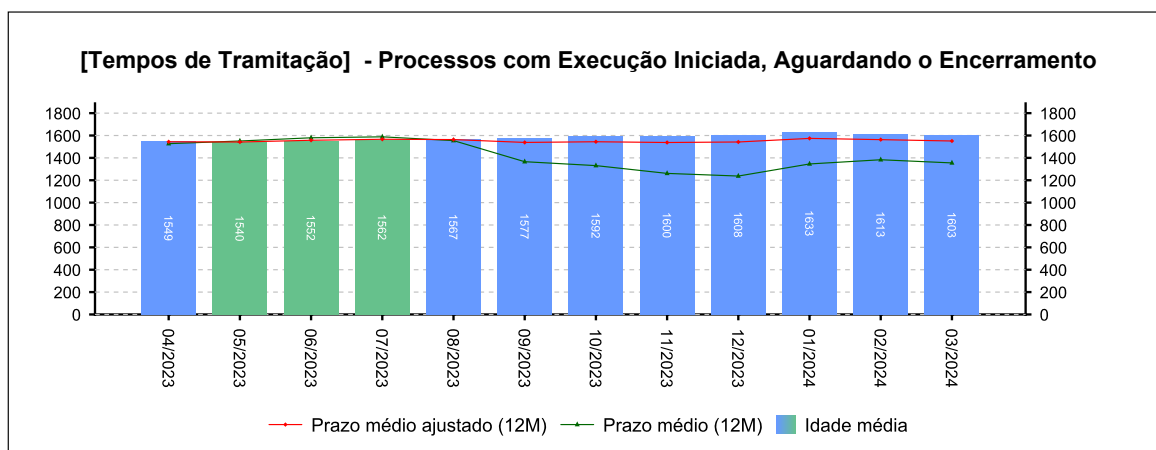
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0000400-58.1994.5.15.0106	19/01/1995	19/09/1994	10.664
0009900-51.1994.5.15.0106	17/07/1995	20/09/1994	10.485
0398000-69.1995.5.15.0106	10/05/1996	12/12/1995	10.187
0030300-81.1997.5.15.0106	02/05/1997	17/02/1997	9.830
0077900-35.1996.5.15.0106	13/05/1997	12/03/1996	9.819

Período: até 03/2024





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	686	138	181	146
Do Início ao Encerramento da Liquidação	2467	177	109	145
Do Início ao Encerramento da Execução	10664	1603	1355	1551
Período: até 03/2024				

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.





7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

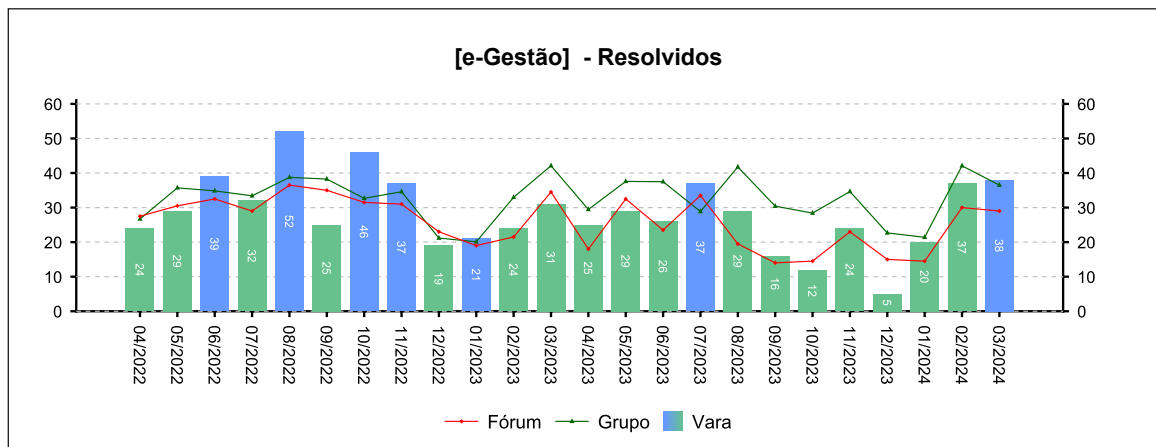
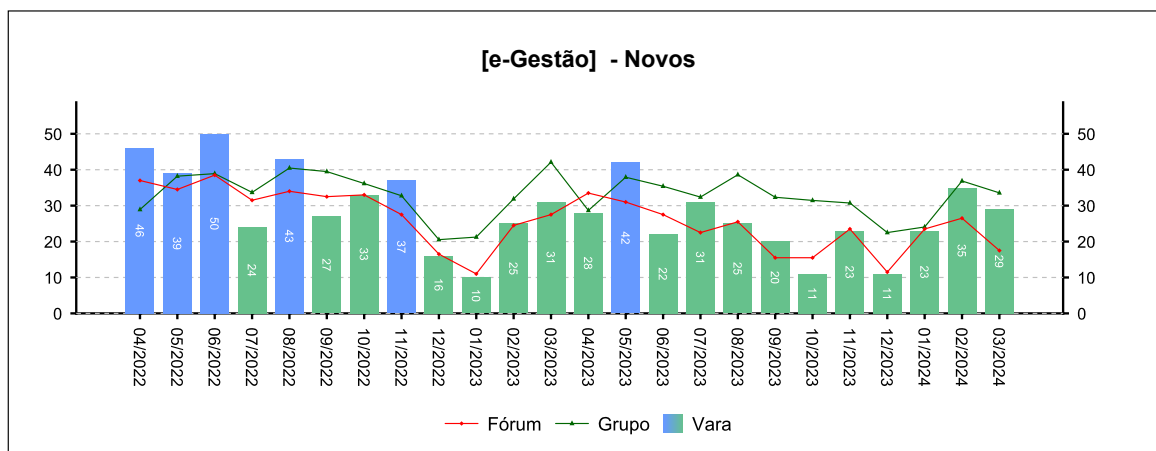
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
230	244	15

Período: 06/2023 a 03/2024

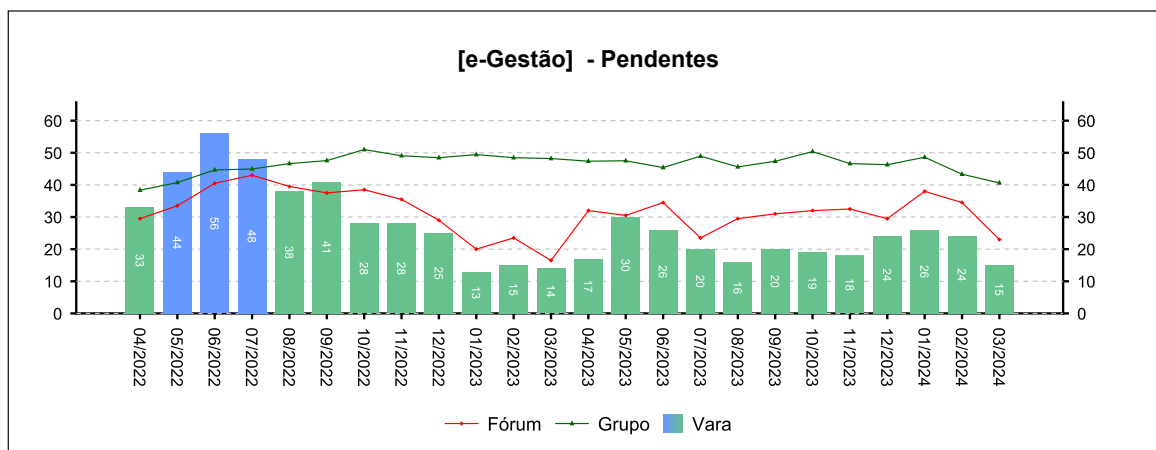




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração





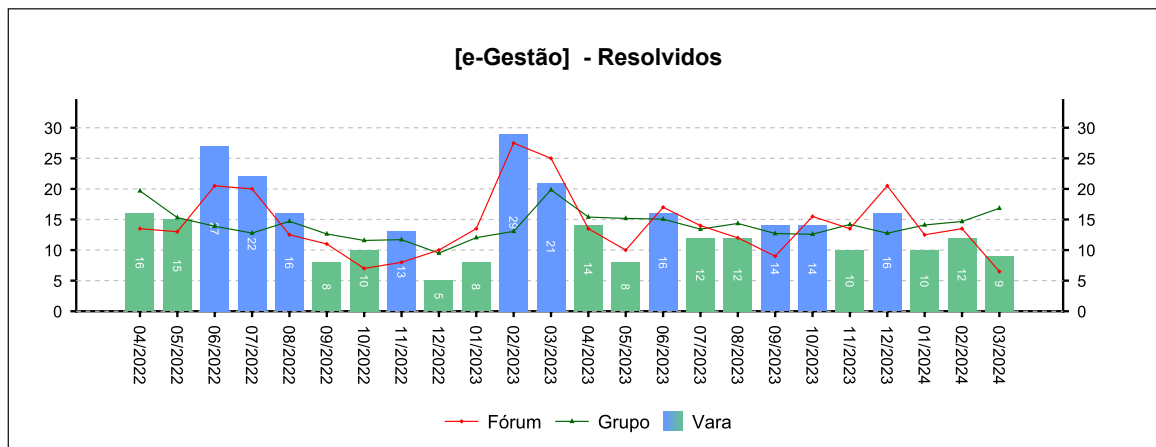
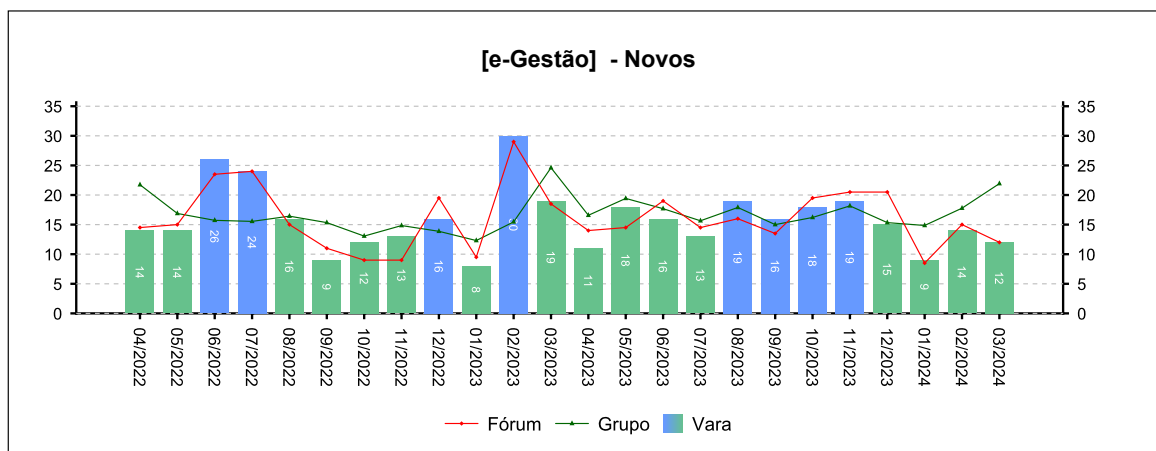
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
151	125	15

Período: 06/2023 a 03/2024

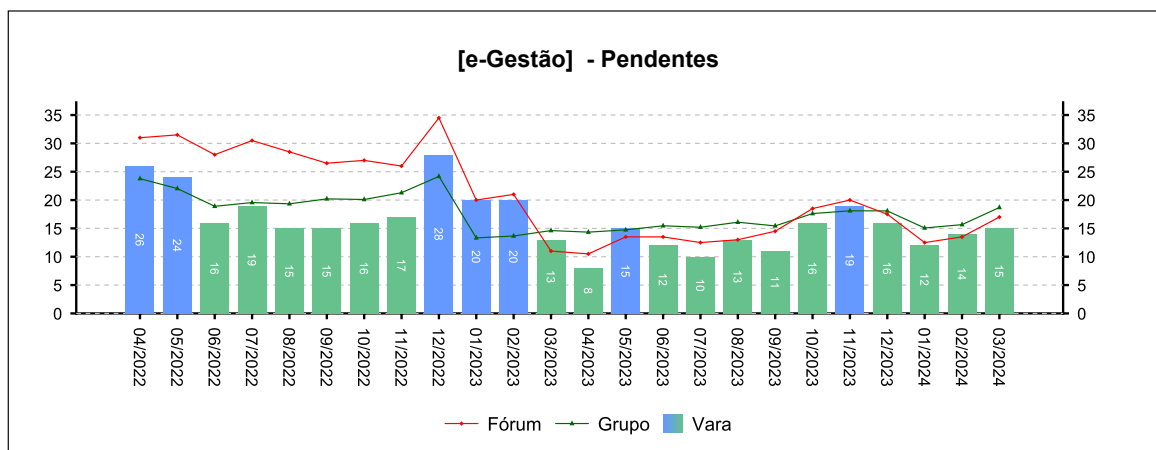




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias





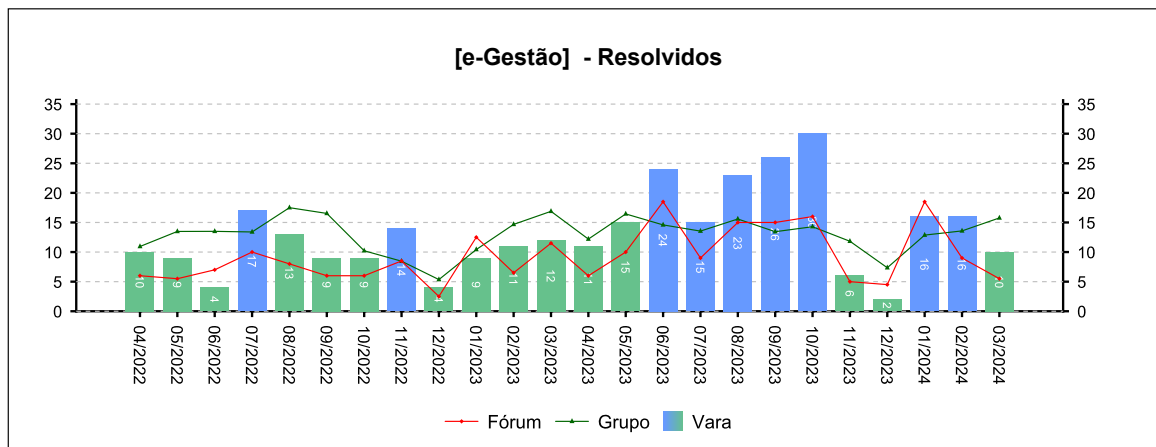
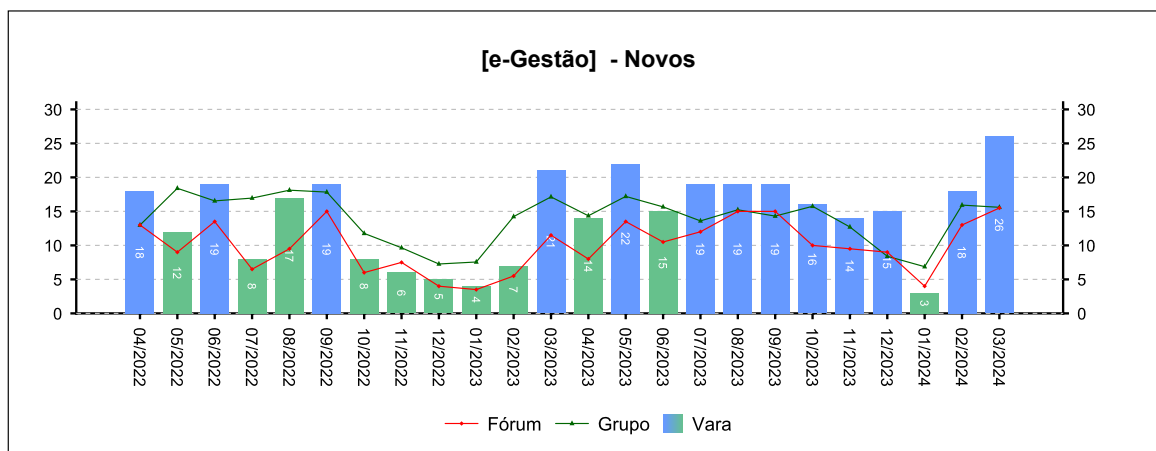
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
164	168	70

Período: 06/2023 a 03/2024

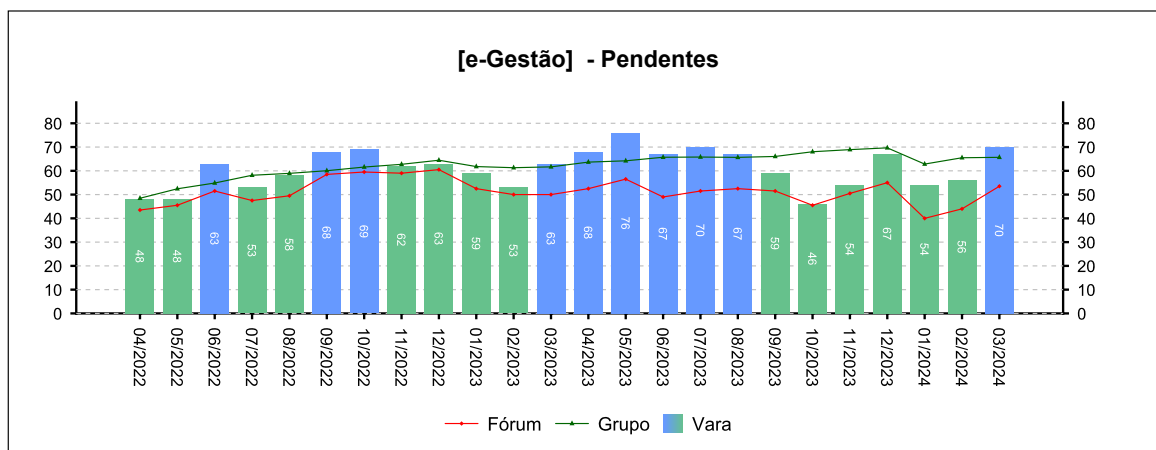




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
545	537	100
Período: 06/2023 a 03/2024		





8 - RECURSOS

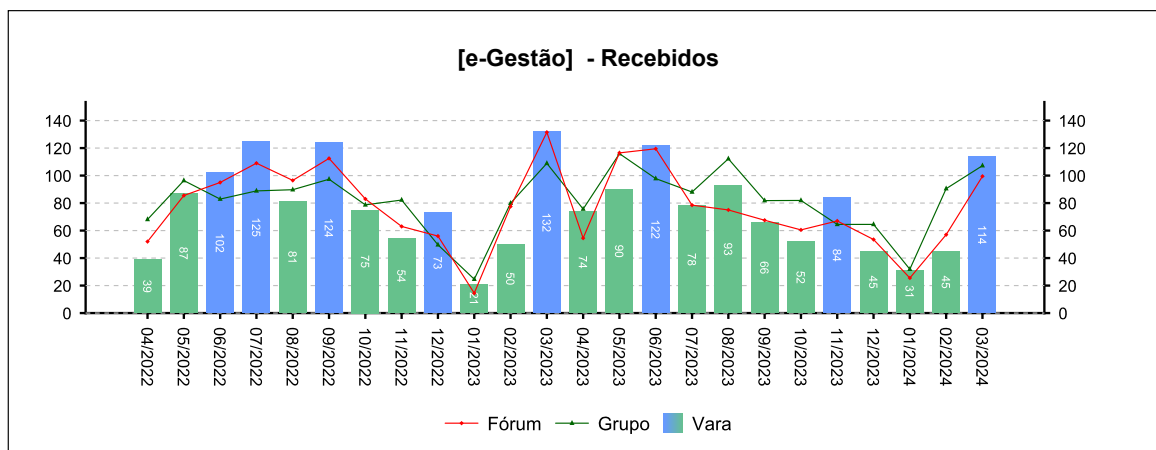
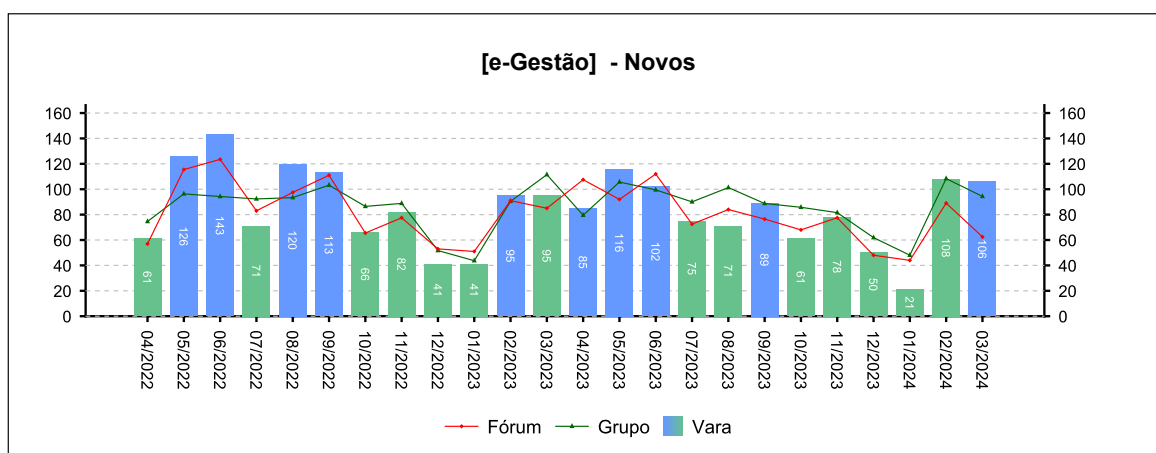
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
761	730	106

Período: 06/2023 a 03/2024

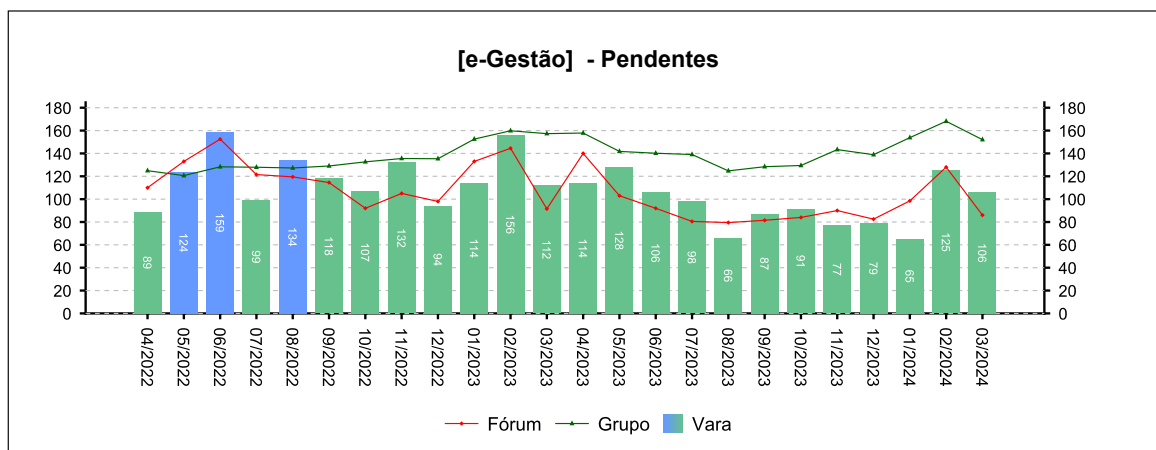




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário





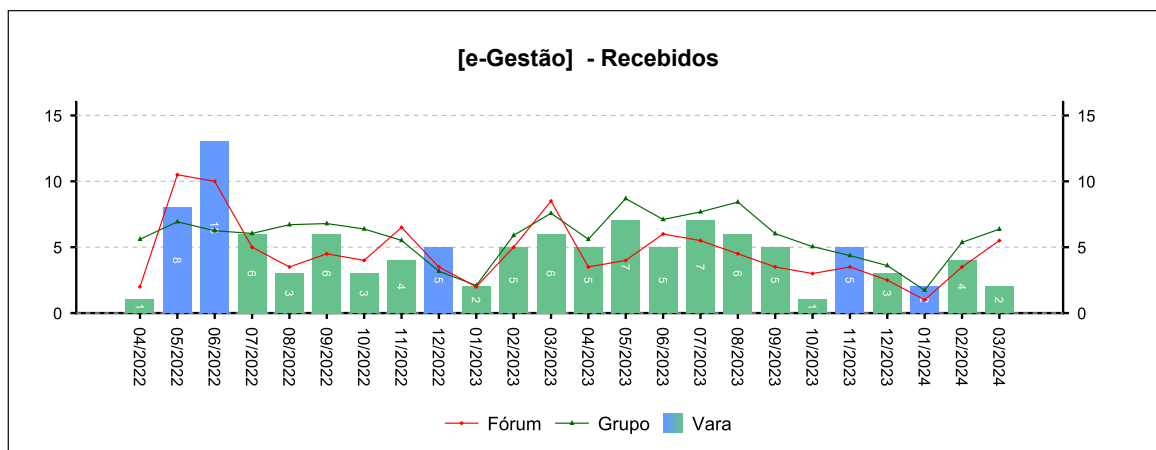
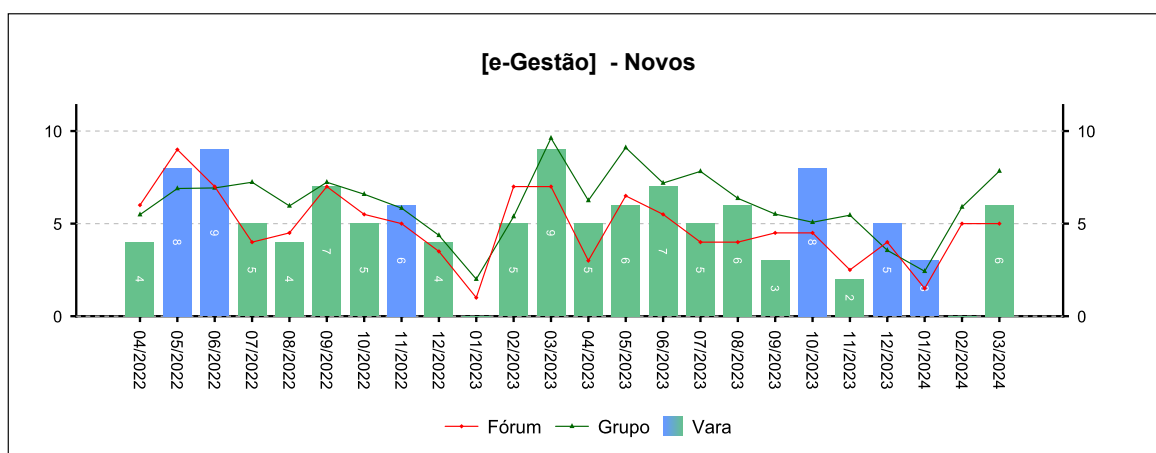
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
45	40	5

Período: 06/2023 a 03/2024

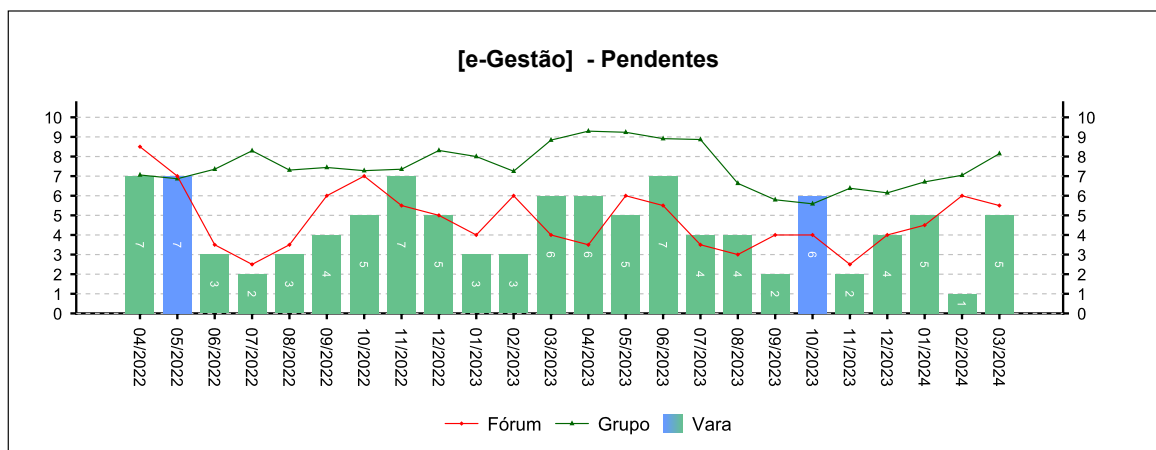




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





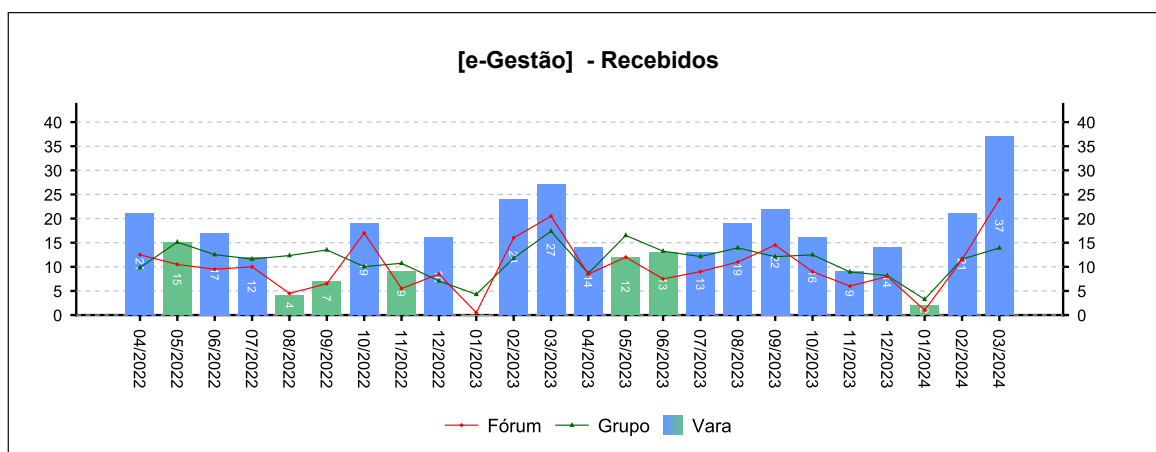
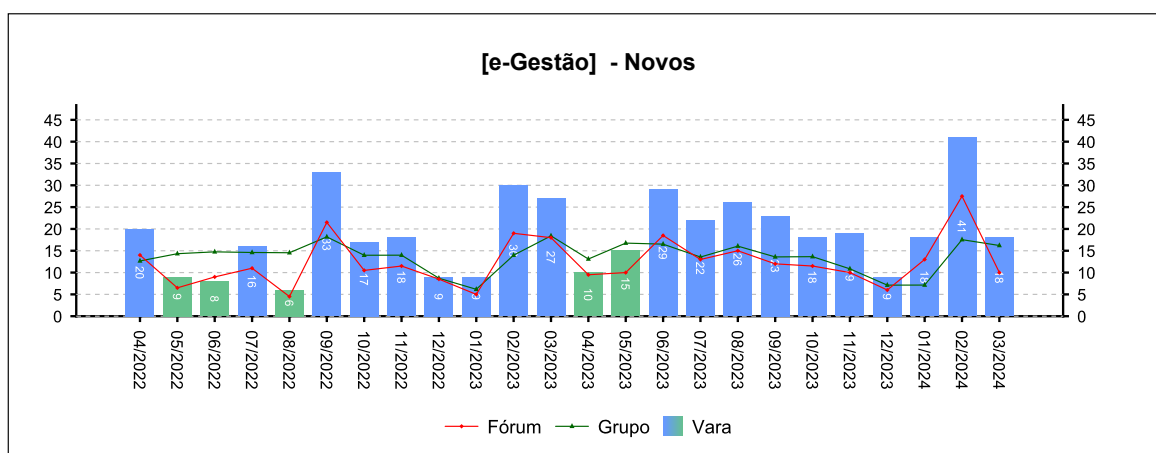
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
223	166	31

Período: 06/2023 a 03/2024

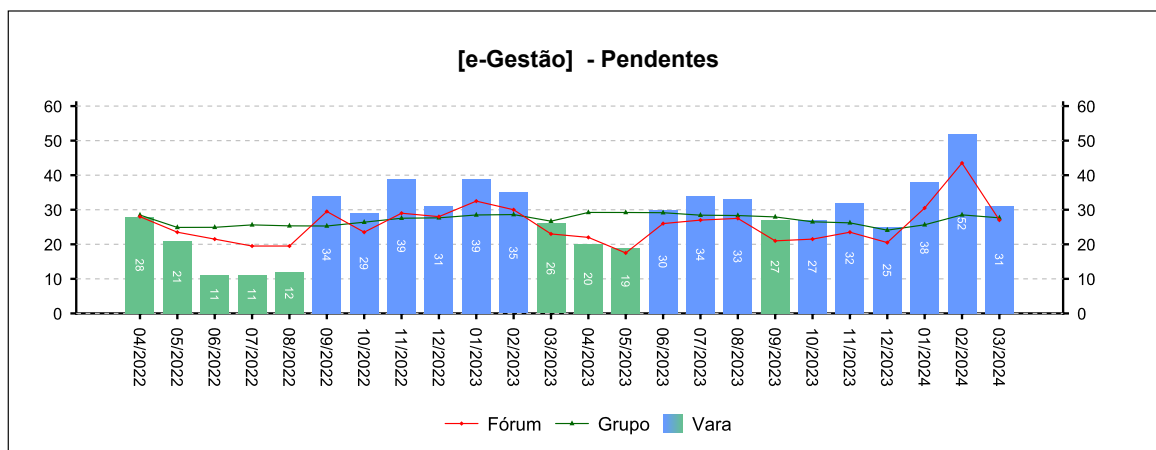




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





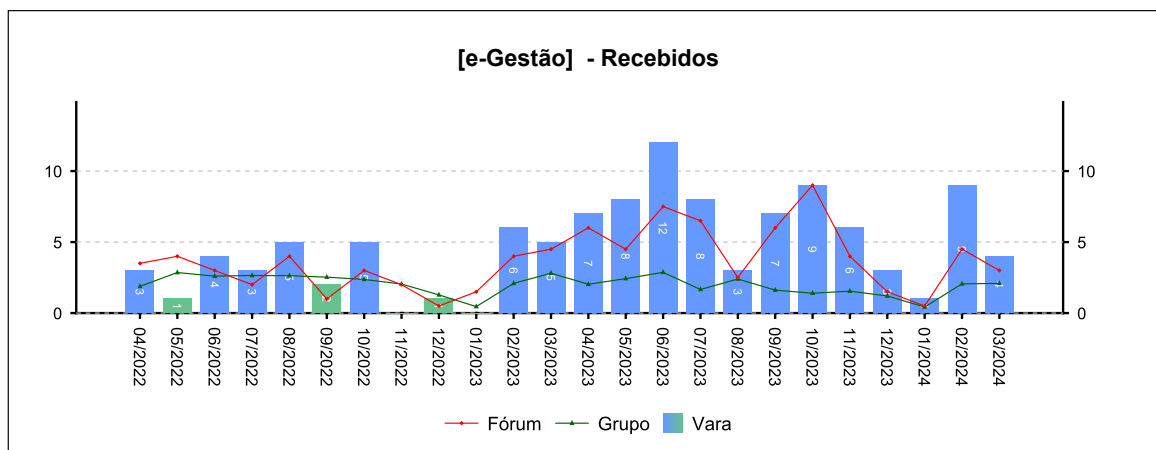
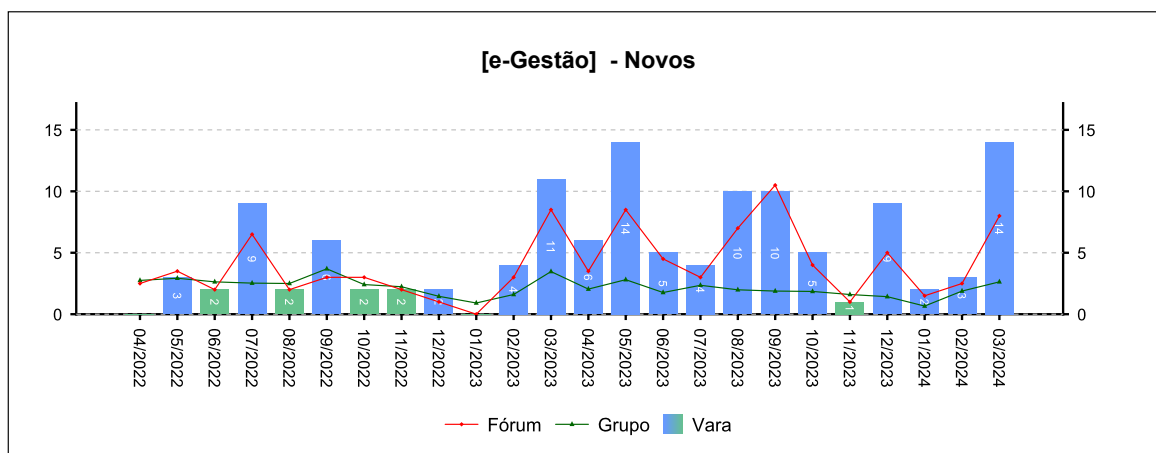
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
63	62	15

Período: 06/2023 a 03/2024

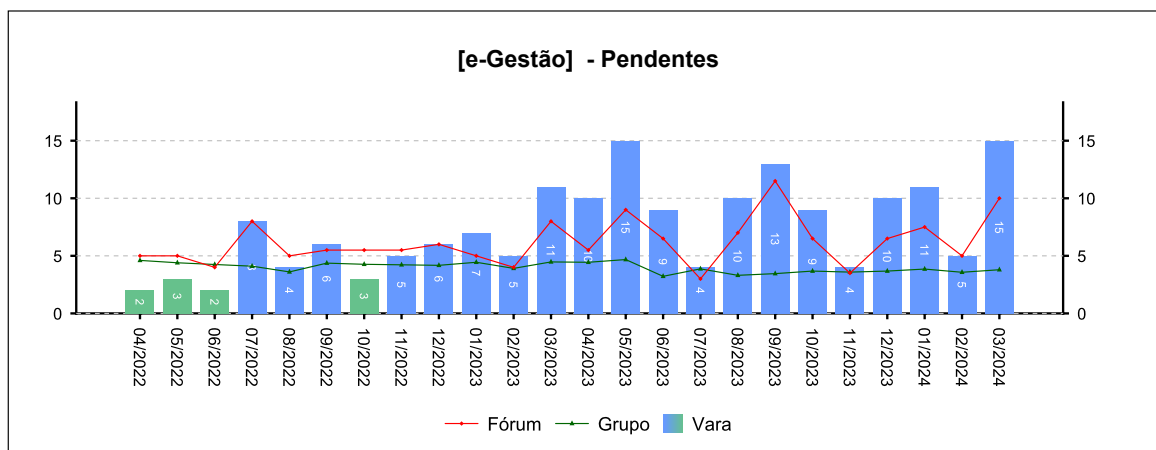




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
1.092	998	157
Período: 06/2023 a 03/2024		



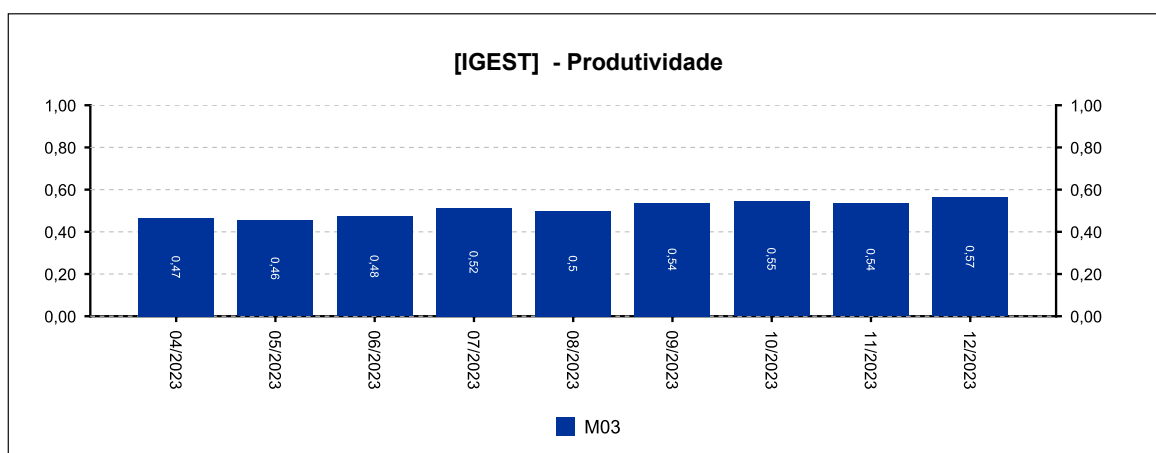
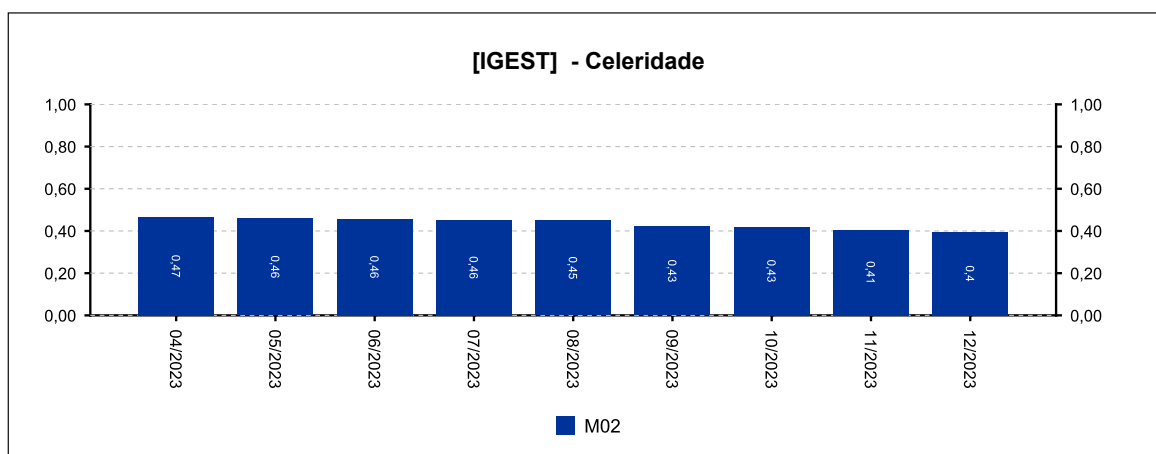
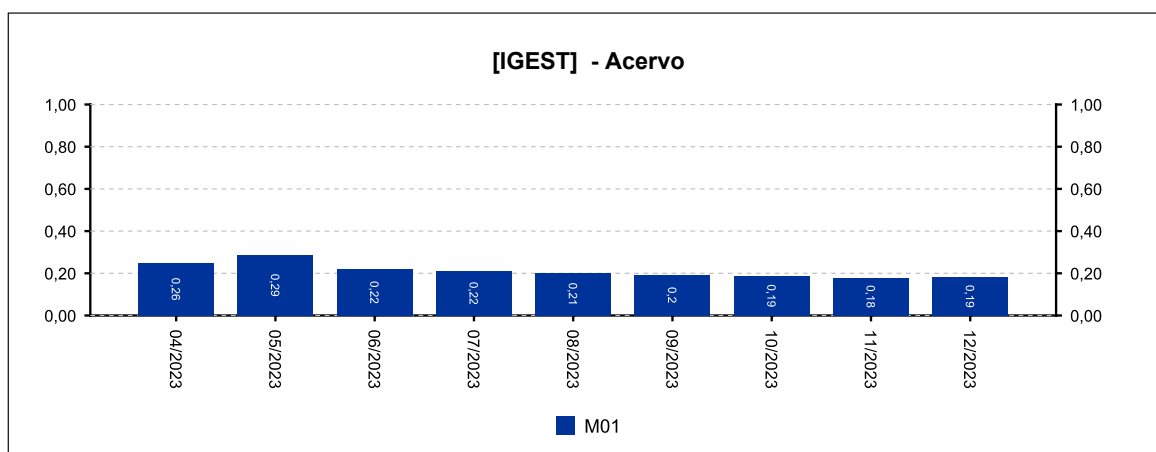


9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Voltar](#)

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

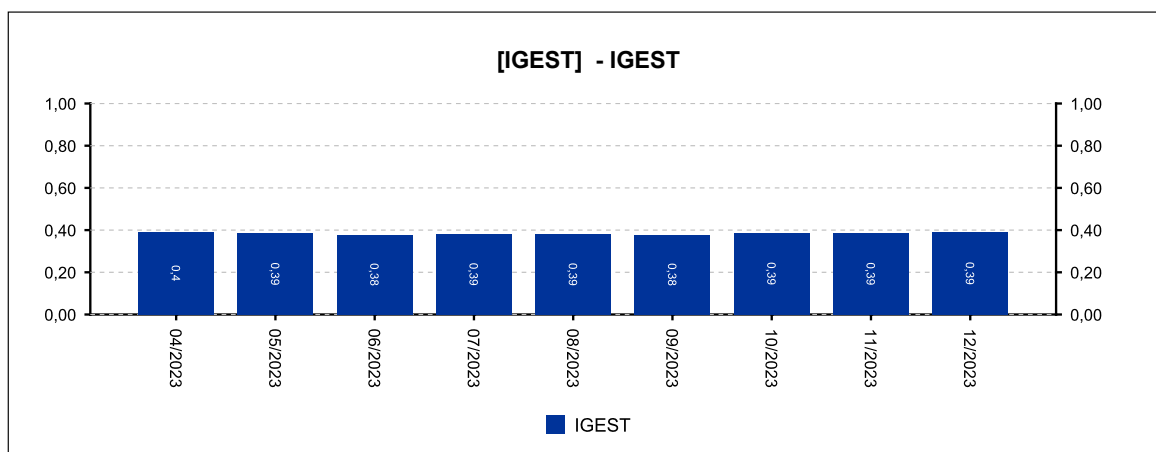
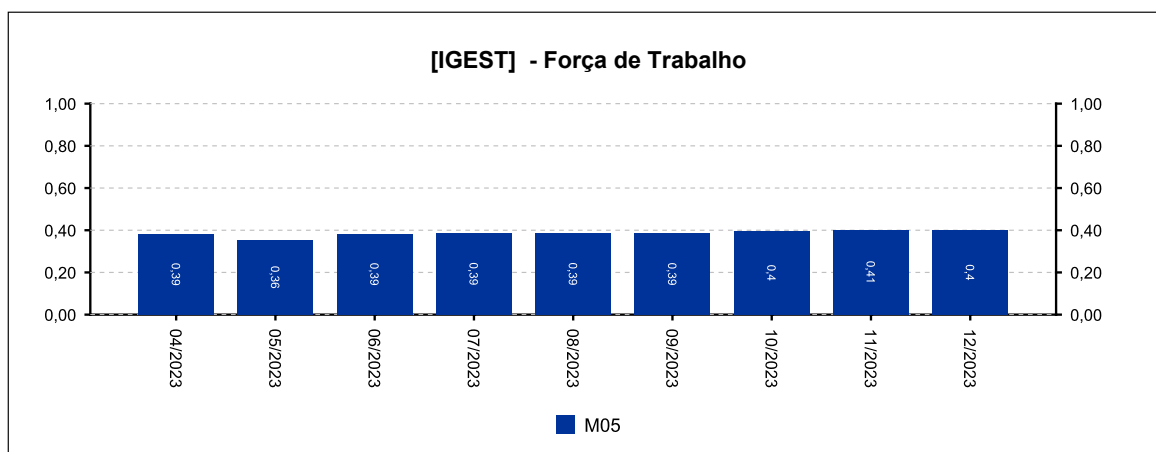
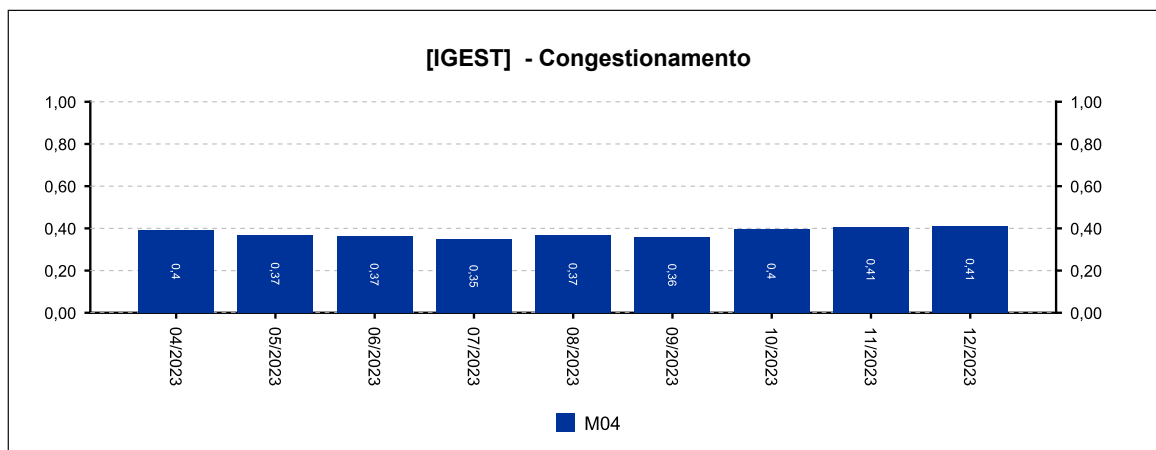
DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
10/2023	0,1869	0,4204	0,5430	0,3939	0,3963	0,3881
11/2023	0,1794	0,4060	0,5355	0,4059	0,4019	0,3857
12/2023	0,1818	0,3961	0,5637	0,4086	0,3996	0,3900





9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SinCor - IGEST e Horus - TRT8)





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [04/2023 a 03/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	703	58,6	33,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	919	76,6	43,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.622	135,2	77,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	273	22,8	13,0
Incidentes Processuais Resolvidos	639	53,3	30,5
Dias-Juiz	628	52,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	47.222	57,9	30,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	63.823	78,2	41,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	111.045	136,1	72,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	15.700	19,2	10,3
Incidentes Processuais Resolvidos	49.229	60,3	32,1
Dias-Juiz	45.945	56,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	95.953	52,3	31,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	130.757	71,2	42,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	226.710	123,5	73,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	29.929	16,3	9,7
Incidentes Processuais Resolvidos	96.369	52,5	31,4
Dias-Juiz	92.191	49,9	---

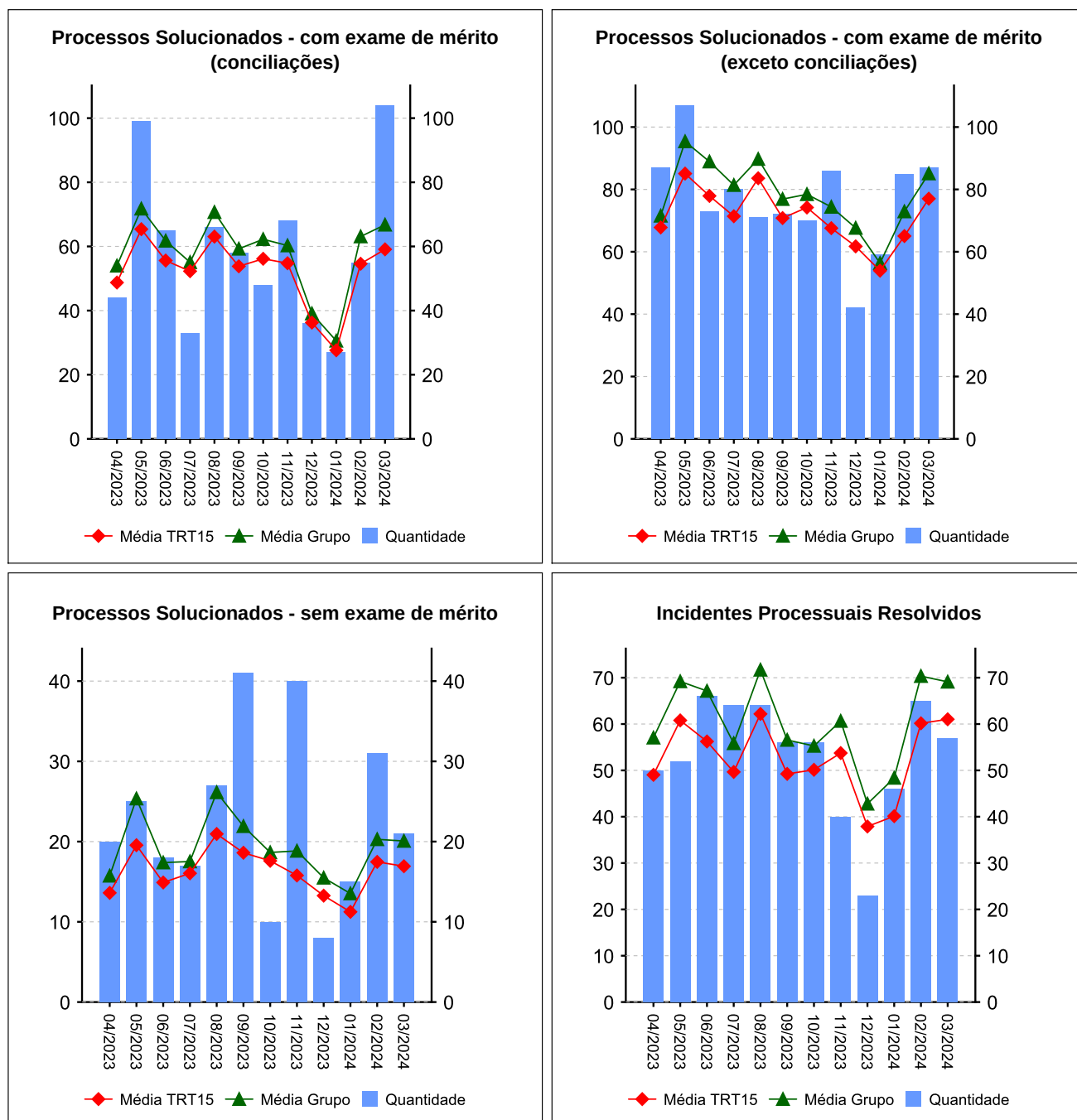
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [04/2023 a 03/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [04/2023 a 03/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.008	84,0	48,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	797	66,4	38,1
Sessões de audiência realizadas - una	444	37,0	21,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	83	6,9	4,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	192	16,0	9,2
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.241	103,4	59,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	275	22,9	13,1
Dias-Juiz	628	52,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	45.945	56,3	---

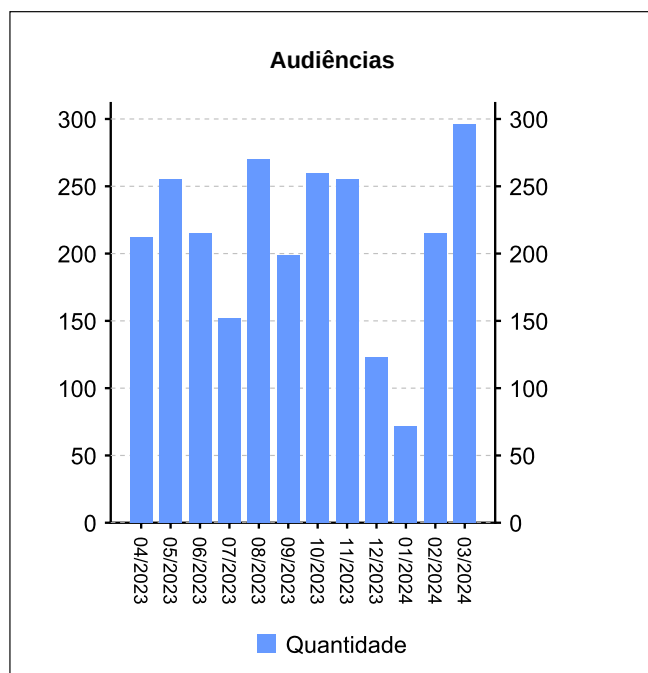
Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	92.191	49,9	---



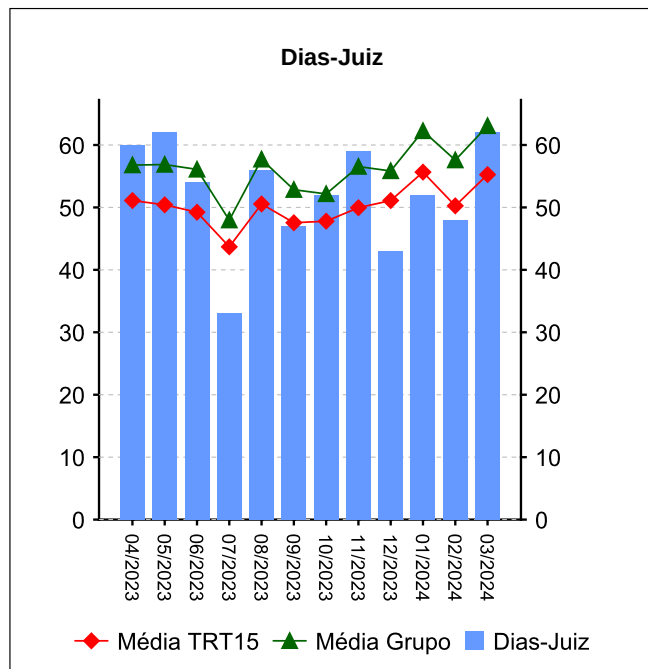
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [04/2023 a 03/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
04/2023	59	24	20	90	19	212
05/2023	2	21	58	62	112	255
06/2023	1	27	32	72	83	215
07/2023	1	28	38	53	32	152
08/2023	2	28	112	80	48	270
09/2023	4	1	112	61	21	199
10/2023	1	14	126	88	31	260
11/2023	3	14	142	79	17	255
12/2023	0	3	84	24	12	123
01/2024	0	5	37	22	8	72
02/2024	0	9	113	70	23	215
03/2024	10	18	134	96	38	296
Total	83	192	1008	797	444	2524



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
04/2023	60
05/2023	62
06/2023	54
07/2023	33
08/2023	56
09/2023	47
10/2023	52
11/2023	59
12/2023	43
01/2024	52
02/2024	48
03/2024	62
Média Mensal	52,3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



[Voltar](#)

11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	1334
2022	1728
2023	2093
2024 (*)	522
(*) Período: 01/2021 a 03/2024	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 435.342,64	R\$ 863.690,94	R\$ 3.664.799,16
Período: 06/2023 a 03/2024		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

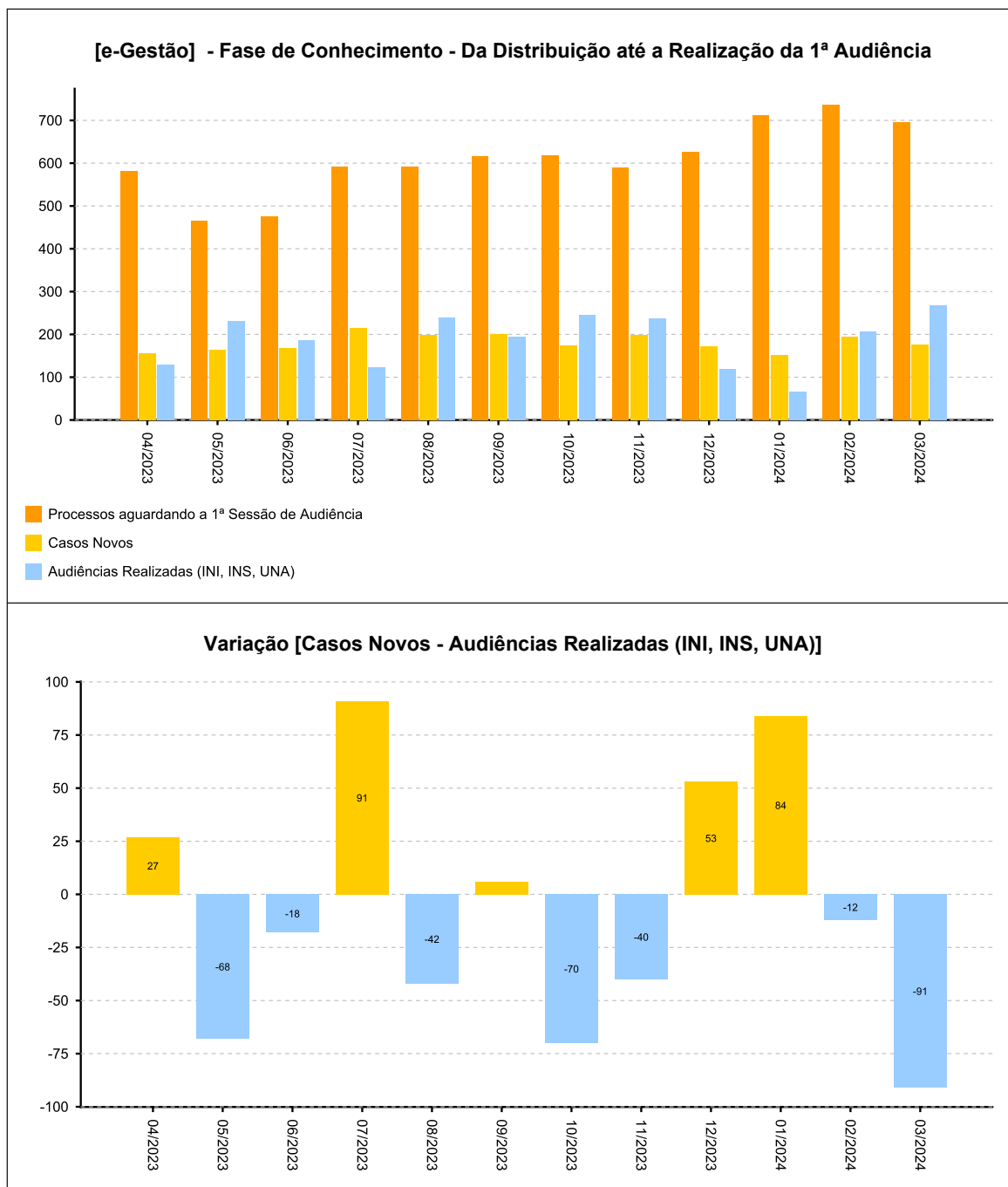
ANO	PROCESSOS
2022	12
2023	744
2024	450
Período: até 03/2024	





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 03/2024]
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 03/2024]
(fonte: e-Gestão)

